

GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO POPULAR
E SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO)

ANTOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO BRASIL

VOLUME 1



**ANTOLOGIA DA EDUCAÇÃO
POPULAR E SAÚDE NO BRASIL**

VOLUME 1

ANTOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE NO BRASIL

VOLUME 1

GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO)

Editora do CCTA/UEPB
João Pessoa
2020



REITORA
VALDINEY VELOSO GOUVEIA

VICE-REITORA
LIANA FILGUEIRA CAVALCANTE



Diretor do CCTA
ULISSES CARVALHO DA SILVA

Vice-Diretor
FABIANA CARDOSO SIQUEIRA



Conselho Editorial
CARLOS JOSÉ CARTAXO
GABRIEL BECHARA FILHO
MAGNO ALEXON BEZERRA SEABRA
JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE

Editor
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

Secretário do conselho editorial
PAULO VIEIRA

Laboratório de jornalismo e editoração coordenador
PEDRO NUNES FILHO

Diagramação e Design da Capa
AMANDA PONTES

Copyright © 2020 dos organizadores.

Todos os direitos reservados à Editora do CCTA. Depósito legal efetuado.

Autorizada a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte. O conteúdo de cada capítulo é de inteira responsabilidade de seus(as) respectivos(as) autores(as).

Realização: Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

A634 Antologia da educação popular e saúde no Brasil: volume 1 [recurso eletrônico] / Organização: Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). - João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

Recurso digital (2,11MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-121-3

1. Educação e Saúde. 2. Saúde - Brasil. 3. Educação Popular. 4. Saúde Coletiva. I. ABRASCO.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 37:614

ORGANIZADORAS E ORGANIZADORES

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Sonia Acioli
Maria Rocineide Ferreira da Silva
Vanderléia Laodete Pulga
Edgar da Silva Fontes

DIAGRAMAÇÃO DO LIVRO

Amanda Pontes

--

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO) GESTÃO 2018-2021

PRESIDÊNCIA

Gulnar Azevedo e Silva
Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ)

VICE-PRESIDENTES

Antônio Boing
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Bernadete Perez Coelho
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Guilherme Werneck
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – Universidade Federal do Rio de Janeiro
(IESC/UFRJ) e Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/
UERJ)

José Ivo Pedrosa
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Marcio Florentino Pereira
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Mario César Scheffer
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM/USP)

Naomar de Almeida Filho
Aposentado UFSB e Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Reinaldo Guimarães
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rosana Onocko Campos
Faculdade de Ciências Médicas – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Tatiana Engel Gerhardt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

CONSELHO DELIBERATIVO

Ana Paula Muraro
Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal de Mato Grosso (ISC/UFMT)

Ana Claudia Fassa
Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina – Universidade Federal de Pelotas
(DMS-FM/UFPel)

Cristiani Vieira Machado
Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – Fundação Oswaldo Cruz
(Ensp/Fiocruz)

Deivisson Vianna
Departamento de Saúde Coletiva – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Edna Araújo
PPG em Saúde Coletiva – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Eli Iola Gurgel Andrade
PPG em Saúde Pública – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Luis Eduardo Batista
Instituto de Saúde/SES-SP

Luis Eugenio Portela de Souza
Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA)

Luiza Garnelo
Instituto Leônidas & Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia

Marília Louvison
Faculdade de Saúde Pública – Universidade de São Paulo (FSP/USP)

Regina Flauzino
Instituto de Saúde Coletiva – Universidade Federal Fluminense (ISC/UFF)

CONSELHO FISCAL:

Regina Flauzino
Deivisson Vianna
Edna Araújo

**GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DA ABRASCO
(COMPOSIÇÃO 2020)**

Carla Pontes de Albuquerque
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

César Augusto Paro
Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do
Rio de Janeiro (IESC/UFRJ)

Eymard Mourão Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba

Grasiele Nespoli
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Helena Maria Scherlowski Leal David
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Iraí Maria de Campos Teixeira
Universidade Federal de São Carlos

José Carlos da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

José Ivo dos Santos Pedrosa
Universidade Federal do Piauí

Luanda de Oliveira Lima
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e Instituto
Fernandes Figueira
(IFF) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Marcos Aurélio Matos Lemões
Universidade Federal de Pelotas

Maria Rocineide Ferreira da Silva
Universidade Estadual do Ceará

Maria Waldenez de Oliveira
Universidade Federal de São Carlos

Muna Muhammad Odeh
Universidade de Brasília

Oswaldo Peralta Bonetti
Ministério da Saúde

Paulette Cavalcanti de Albuquerque
Universidade de Pernambuco

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Universidade Federal da Paraíba

Reinaldo Matias Fleuri

Universidade Federal de Santa Catarina

Renata Pekelman
Grupo Hospitalar Conceição (GHC)

Sonia Acioli
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira
Centro Universitário Tiradentes

Vanderléia Laodete Pulga
Universidade Federal da Fronteira Sul

Vera Lucia de Azevedo Dantas
Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza-CE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Pedro José Santos Carneiro Cruz</i>	
<i>Sonia Acioli</i>	
<i>Maria Rocineide Ferreira da Silva</i>	
<i>Vanderléia Laodete Pulga</i>	
<i>Edgar da Silva Fontes</i>	
PREFÁCIO: A ESPERANÇA QUE VEM DAS HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE.....	15
<i>Sonia Acioli</i>	
CARLOS RODRIGUES BRANDÃO.....	19
EYMARD MOURÃO VASCONCELOS.....	44
PALMIRA SÉRGIO LOPES.....	88
REINALDO MATIAS FLEURI.....	115
SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADORES.....	141

APRESENTAÇÃO

Nos últimos três anos, uma das mais importantes frentes de trabalho do Grupo Temático (GT) de Educação Popular em Saúde (EPS) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) consistiu da construção compartilhada de um projeto de pesquisa em educação popular em saúde de cunho nacional, promovido através da articulação multicêntrica de diferentes universidades e instituições de ensino representadas pelos diferentes membros do GT, mas coordenada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A principal intenção desse projeto está em dar visibilidade às experiências de educação popular em saúde promovidas em todo o país, na perspectiva de situá-las, identificá-las, caracterizá-las e descrevê-las, para que, assim, pudéssemos, no GT, ter um levantamento que explicitasse o painel com o qual se desenvolve a educação popular em saúde nos vários serviços de saúde no Brasil, bem como nas instituições de ensino e particularmente com destaque junto aos movimentos sociais e as práticas populares.

Dentro do contexto dessa atividade, se destacou nesse primeiro momento um subprojeto dedicado ao desvelamento do que chamamos de uma "Antologia da Educação Popular em Saúde no Brasil", o qual resultou na presente obra. Esse subprojeto consiste na possibilidade

de se realizarem entrevistas orientadas pela perspectiva da história de vida, com atores e atrizes que construíram historicamente a educação popular e a educação popular em saúde no Brasil, de forma que a sua memória e o seu olhar histórico sobre esse campo sejam registrados, com ênfase em sua trajetória e em suas experiências, bem como em suas impressões e considerações sobre o atual contexto e os seus desafios para a educação popular em saúde.

Com isso, o GT espera constituir um acervo da memória e da história desse campo, ao mesmo tempo, propiciando a mobilização de uma síntese das produções dos vários autores e das várias autoras, como também permitindo uma maior visibilidade dos/as mesmos/as e suas produções.

A construção da Antologia se deu por meio de entrevistas semiestruturadas. Apesar de ter um roteiro prévio, o caráter das mesmas foi o mais aberto possível, com inspiração na história oral. Ou seja, o roteiro apenas apontou "motes" para o início e a continuidade de uma conversação, sem que, no entanto, a entrevista fique presa a ele. O roteiro continha como temas geradores: 1. Você se CONSIDERA um/a educador popular? Por quê?; 2. COMO você se TORNOU um/a educador/a popular?; 3. Ao longo de seu percurso, quais foram as TEMÁTICAS ou as QUESTÕES que mais despertaram o seu interesse?; 4. Quais foram as IDEIAS, as REFERÊNCIAS mais significativas/expressivas? Por quê?; 5. Seria possível sintetizar um CONCEITO de Educação Popular?; 6. Em sua opinião, quais são os principais DESAFIOS e POSSIBILIDADES da Educação Popular HOJE?; 7. Numa autoavaliação crítica, quais seriam suas principais CONTRIBUIÇÕES (teóricas e práticas) à Educação Popular?; 8. Como podemos fazer um levantamento de

suas PRINCIPAIS PRODUÇÕES?. Ao final, refletir como o/a entrevistado/a se sentiu.

Dessa forma, não visamos uma reconstituição da construção histórica de cada pessoa entrevistada, de forma que obrigatoriamente se contemplassem todos os aspectos centrais em sua construção pessoal e profissional. Priorizamos fazer da entrevista um diálogo que, como tal, fluiu a partir do encontro humano, autêntico e significativo entre entrevistadores(as) e entrevistados(as). Desse modo, em que pese a inspiração na história de vida, não seguimos essa metodologia de forma pragmática. Pelo contrário, essa constituiu orientação no modo de abordar os(as) entrevistados e de conduzir o transcórre do diálogo.

Diante do exposto, tanto para exercitar uma experimentação inicial, a qual constituiu um exercício-guia dessa metodologia, como para aproveitar a presença de protagonistas históricos do campo, durante o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão), realizaram-se entrevistas com Carlos Rodrigues Brandão (professor da UNICAMP) e com Reinaldo Matias Fleuri (professor da UFSC). As entrevistas ocorreram de forma fluída e com conteúdo bastante profundo e rico, tanto abordando aspectos centrais nas trajetórias desses atores, mas, principalmente, contemplando suas elaborações e suas ideias para o campo da Educação Popular e da Educação Popular em Saúde. Em diálogos permitidos pelas intervenções dos membros do GT presentes na roda de conversa, os entrevistados foram provocados a compartilhar também suas impressões sobre a realidade atual brasileira e os desafios para a saúde, para a educação popular e para o fazer científico de perspectiva emancipatória.

Na mesma linha, para consecução dessa obra, integraram-se dois textos que foram produzidos na construção de uma pesquisa com os mesmos objetivos, mas focada no estado da Paraíba e organizada pelo Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da Universidade Federal da Paraíba. Foram eles os textos com a trajetória de Eymard Mourão Vasconcelos e de Palmira Sérgio Lopes.

Espera-se que a visibilização da memória e da história dessas pessoas de referência nacional na educação popular em saúde, vinda de diferentes lugares, seja do movimento social, seja dos trabalhadores de saúde com atuação na ponta dos serviços, possa, fundamentalmente, configurar um portfólio pedagógico, cultural e formativo bastante rico, capaz de fomentar ainda mais o avanço da história da educação popular em saúde no país.

*Pedro José Santos Carneiro Cruz
Sonia Acioli
Maria Rocineide Ferreira da Silva
Vanderléia Laodete Pulga
Edgar da Silva Fontes
(organizadoras e organizadores)*

PREFÁCIO: A ESPERANÇA QUE VEM DAS HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE

Sonia Acioli

É tempo de lutas, é tempo de resistências, mas, é sobretudo tempo de nos fortalecermos com as histórias que vem de vidas vividas no campo da educação popular e saúde.

Nesse contexto de manter viva a chama da educação popular e saúde, o GT de Educação Popular e Saúde (EPS) da ABRASCO, grupo cheio de saberes e fazeres diferentes e complementares que tenho o orgulho de fazer parte, pensou a construção de um projeto voltado a análise de experiências e práticas de educação popular e saúde nos territórios da Atenção Primária à Saúde. Dentro desse mapeamento tentaremos fazer um mergulho em algumas histórias em diálogo com alguns protagonistas das áreas de educação, gestão, assistência, saúde e movimentos populares, buscando sistematizar a história da educação popular e saúde brasileira.

Essa antologia é fruto da ousadia pensada por esse grupo e, especialmente por Pedro Cruz.

É como se estivéssemos em roda,

Ouvindo as histórias vividas nos encontros com a saúde, com a cultura popular, na construção de processos participativos de pesquisa nas muitas vidas de Carlos Rodrigues Brandão.

Ouvindo o mineiro paraibano Eymard Mourão Vasconcelos e suas histórias de médico envolvido com as comunidades, Teologia da Libertação e, preocupado com formas de fazer medicina vinculadas aos movimentos da extensão, da saúde comunitária, da construção do SUS e, muitos outros.

Ouvindo Palmira Sérgio Lopes, a Dona Palmira, mulher de tanta sabedoria e experiência nos movimentos de luta pela terra, movimentos católicos, movimentos de mulheres, pastoral da criança, e tantos outros. Cultiva o saber ancestral da utilização das plantas medicinais e luta pelos direitos nas comunidades e pela tradição das práticas populares de saúde.

Ouvindo Reinaldo Matias Fleuri, intelectual orgânico, mestre/aprendiz de educação popular mediado pela lembrança do querido Victor Valla, embalado pela convivência com Paulo Freire e Eymard. Em diálogo com movimentos sociais, extensão popular e com foco na dimensão da interculturalidade e no saber dos povos ancestrais.

Essas histórias retomam as origens da educação popular no Brasil em diálogo com a América Latina, e nos alimentam a alma e a luta política, reafirmando espaços e diálogos possíveis para os caminhos e experiências da educação popular em saúde no enfrentamento das várias formas de opressão presentes no mundo.

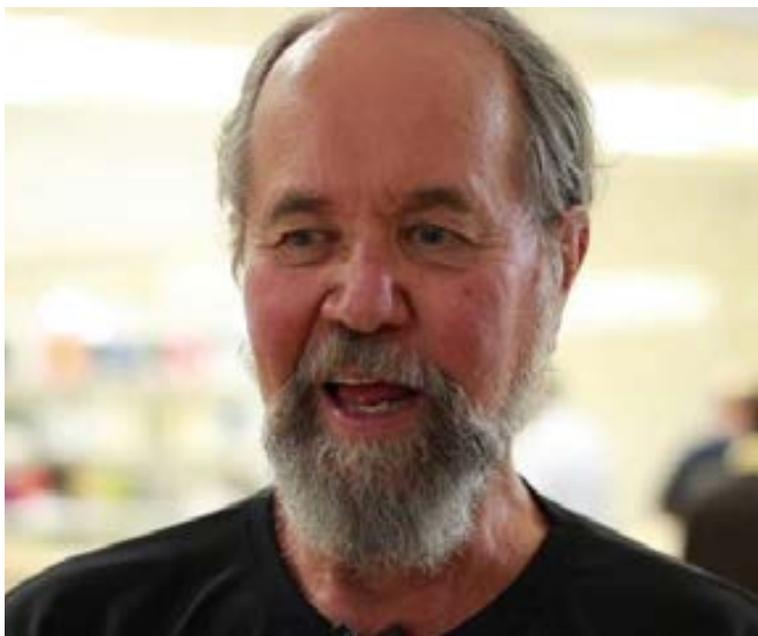
Cada um desses maravilhosos educadores populares, nos mostraram que na diversidade de suas trajetórias, o

que dá liga e une suas histórias é o valor da experiência, do trabalho coletivo, o enraizamento em pequenas e grandes lutas políticas por justiça social.

Uma honra prefaciá-la essa obra.

Obrigada mestres!

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO



CARLOS RODRIGUES BRANDÃO¹

Carlos Rodrigues Brandão nasceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ, onde se formou em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Desde o início de sua trajetória profissional, acadêmica e cidadã, ele se dedicou à criação e ao desenvolvimento de movimentos sociais populares e a centros de cultura popular. Com uma atuação protagonista desde a década de 1960, Carlos Brandão destaca-se como um dos pioneiros no movimento de educação popular no Brasil, e em vários outros países da América Latina. Em 1967, ingressou como professor universitário, inicialmente na Universidade de Brasília (UnB), depois em na Universidade Federal de Goiás (UFG) e finalmente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Após aposentado na UNICAMP foi professor convidado ou visitante em cinco universidades do País e uma da Argentina.

¹ Texto organizado por Pedro José Santos Carneiro Cruz, membro do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da ABRASCO, membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e por Edgar da Silva Fontes, estudante do curso de Graduação em Medicina da), membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB. Fonte da imagem: Sítio eletrônico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Disponível em: <https://contee.org.br/brandao-america-latino-vive-um-projeto-de-mercantilizacao-que-ataca-a-educacao-publica/>

Nesse percurso, tornou-se antropólogo, tanto devido à ênfase na qual seus trabalhos foram mergulhando, quanto por meio de cursos na UnB e na USP. Especialmente a partir dos anos de 1980 ele vem se dedicando a pensar construções teóricas e metodológicas em torno das perspectivas participativas de pesquisa e de construção do conhecimento, especialmente através da pesquisa participante e da pesquisa-ação.

É uma das mais importantes referências internacionais da literatura e da prática da Educação Popular. Em sua trajetória sempre foi marcante sua contribuição ao movimento de Educação Popular em Saúde, tanto pela capacidade de seus escritos subsidiarem inspirações, aprendizados e desafios para os protagonistas da Educação Popular na área da saúde, como por sua perene participação em eventos e processos formativos do movimento nacional de Educação Popular em Saúde.

A conversa a partir da qual surgiu o presente texto foi realizada nos espaços da Fiocruz, no Rio de Janeiro, durante o 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em 2018.

Encontros com a saúde

Sou Antropólogo. Nós antropólogos temos uma diferença curiosa em relação aos outros cientistas sociais, como sociólogos, cientistas políticos, historiadores. Nós somos muito confessantes. Lévi-Strauss, maior antropólogo da atualidade, escreveu no prologo de seu livro *Tristes Trópicos*: "Odeio viagens e viajantes! No entanto, estou aqui numa viagem no centro-oeste da Amazônia Brasileira". Começarei confessante, assim como os Antropólogos, falando um pouco das minhas estranhas relações com este campo, essa ponte,

esse espaço de interlocução entre antropologia, educação popular e saúde popular.

Minha primeira relação com a saúde é a pior. Sou um dos homens mais quebrados e operados que vocês já conheceram. Freguês de hospital e de sala de cirurgia. Ao longo de minha vida passei por cinco cirurgias graves (mais de 4 horas). Aos 17 anos, eu estava na Aeronáutica, e iria ser piloto da Força Aérea. Mergulhei errado em um ribeirão e fraturei a coluna. O único saldo positivo é que saí da vida militar. Passei um ano engessado me tratando. Mais adiante, já casado, morava em Goiás e fui fazer uma outra viagem, outra aventura. No meio do caminho, meu fusquinha bateu numa D10, uma caminhonete enorme. Quebrei a perna, passei mais um ano com a perna toda engessado e um saldo de duas longas cirurgias. Em 2003, quando fui fazer uma palestra em Ituiutaba, em Minas Gerais, o meu ônibus bateu em uma carreta, e metade das pessoas morreram. Cheguei ao Hospital da Universidade Federal de Uberlândia semimorto, passei quatro dias na UTI e mais 1º no hospital. Fiz uma demorada cirurgia de reconstrução facial.

Quando depois fui contratado pela Universidade de Uberlândia, na região próxima ao local do acidente, comecei minha primeira aula dizendo da alegria de estar ali, pois aquela era a única Universidade que eu conheci pelo Pronto-socorro. No ano seguinte, fiz uma cirurgia cardíaca, ponte de safena. E, esse mês (agosto de 2018), estou saindo de um tratamento de radioterapia para um câncer de próstata.

Desse modo, tenho uma estreitíssima afinidade, mas não recomendável, com o mundo da saúde. Um amigo psicólogo, que também têm graves problemas de saúde, disse: "Brandão, as outras pessoas são humanas, nós somos

sobreviventes". Minha mãe, Solange, fez em outubro de 2017 os seus 100 anos, e quase nunca entrou em um hospital, só para parir. Sou o filho mais velho e, conversando com ela, perguntei se chegaria aos 100 anos também. Ela prontamente disse que sim, "sim, Carlos, vai sim!". Ela faleceu em 26 de janeiro de 2018.

Uma outra relação com a saúde é mais interessante e gratificante. Foi enquanto professor da UNICAMP. Havia recém ingressado como docente dela em 1976. Depois de 4 anos, um querido amigo meu, Luiz Roberto de Barros Mott, formou um primeiro grupo de Antropologia da Saúde; um grupo pequeno e informal de professores e pós-graduandos, mulheres e homens. Um certo dia, Mott disse que estava cansado de São Paulo e iria para a Bahia. E eu iria substituí-lo e no Grupo de Antropologia da Saúde. Naquele momento insisti com ele que eu não estava preparado para substituí-lo; mas ele confessou que já havia sondado todos os outros antropólogos do grupo e nenhum queria assumir tal função.

Assim, herdei aquele grupo "sem querer". E tudo acabou se constituindo em uma das experiências mais gratificantes de minha carreira. Segui na mesma direção com que o Mott já havia orientado o grupo. Ele oferecia disciplinas com a interface entre antropologia e o mundo da saúde, um trabalho muito coletivizado. Herdei até seus orientandos, um homem e quatro mulheres, e as próprias orientações eram coletivas, configuração a qual adotei para a minha vida profissional.

A outra relação que construí com a saúde foi através da Educação Popular, e com o Eymard Mourão Vasconcelos. Em um célebre Encontro Nacional de Experiências em Medicina Comunitária (ENEMEC) na cidade de Olinda-PE, nos anos de 1980, conheci Eymard. Ele era moço ainda, tinha

cabelos pretos e era estudante de mestrado na UFMG. Os ENEMECs foram muito relevantes e como resultado de tais encontros creio haver surgido o surgimento do Movimento Popular de Saúde (MOPS), do qual Eymard foi fundador-articulador.

Eis um primeiro olhar dos meus enlaces com a saúde.

Encontros entre saúde e cultura popular

“Rejuvenecer”² é um livro de um médico brasileiro de medicina preventiva que ganhei da minha irmã. O autor escreve o livro inteiro mostrando que grande parte de ações que a medicina tradicional realiza não precisavam ser feitas. Vale salientar que todos os dados são embasados por pesquisas científicas nacionais e internacionais, e constatam que 60 a 70% dos exames complementares são desnecessários, existindo outras formas mais leves e mais afetuosas de se chegar a um diagnóstico preciso.

Assim, no envelhecer, ele cita vários transtornos que nos acompanham chegando até a depressão e ao uso de drogas. Como médico, ele diz que devemos preservar alguns hábitos extremamente simples de saúde: não fumar, beber moderadamente, transar com cuidado, caminhar ao menos 30 minutos por dia, comer alimentos saudáveis e assim, afastar-se dos remédios. Como médico alopata, ele “desalopatiza” a medicina, mesmo não sendo homeopata, nem seguidor de medicinas orientais. E diz que se nos voltarmos aos cuidados das culturas dos nossos povos, sem precisar virar monge budista, e sem precisar virar vegetariano (como eu), ao aprendermos a lidar com nosso corpo

2 ABRAMOFF, Sergio. Rejuvenecer: a saúde como prioridade. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

de maneira mais pessoalizada, mais amorosa, e sempre exercendo os mínimos cuidados de saúde, iremos evitar o exagero de uma medicina extremamente especializada em doença.

Nessa direção, quero compartilhar algumas experiências de interface entre saúde e cultura popular que desenvolvi quando trabalhei no Movimento de Educação de Base (MEB). Nesse Movimento replicávamos muitas ideias de Paulo Freire. A equipe do MEB-Goiás era coordenada por minha esposa, Maria Alice. Adaptamos o Método Paulo Freire para a Escola Radiofônica, chamamos de “Método Benedito e Jovelina”, os nomes de um casal de camponeses. E, assim, criamos uma cartilha de alfabetização, chamada “Viver é lutar”. Me lembro nitidamente da primeira edição: “O povo vive, o povo luta, o povo vive e luta”.

Em fevereiro de 1964, essa cartilha estava na gráfica sendo impressa, quando a polícia do então estado da Guanabara invadiu o local e “prende” a cartilha, levando os exemplares impressos para a Delegacia. Creio que tenha sido a primeira prisão de uma cartilha, acontecimento que foi notícia até no Jornal Le Monde, da França. Logo depois veio o Golpe Militar.

Naquele cenário, sem poder usar a cartilha confiscada, nós, participantes do MEB, encomendamos para cordelistas do Recife uma cartilha elaborada toda em cordel. Ela era chamada: “Mutirão”. E ela vinha acompanhada de uma outra chamada “Mutirão pra Saúde”. Depois do dia 1º de Abril, com a Ditadura implantada, nós lançamos essas duas cartilhas de alfabetização: “Mutirão” e “Mutirão pra Saúde”. Fizemos uma montagem e uma sequência de alfabetização que foi transcrita para o estilo literário do cordel. Nesse mesmo período estava chegando um rapaz de Caratinga-

MG, exímio desenhista que, sem cobrar nada, ele fez as ilustrações. Era o Ziraldo.

Quando Tomás Balduino, um frade dominicano de Conceição do Araguaia, e integrante do MEB, foi designado Bispo da Cidade de Goiás, ele teve como uma das primeiras ações o ocupar o hospital da cidade de Ceres, uma cidade goiana na beira da Belém-Brasília e integrante de sua Diocese. Era um hospital de elite criado pela igreja anos antes, e que os fazendeiros estavam tomando conta. Depois de uma batalha feroz Dom Tomás conseguiu fazer dele um hospital do povo, como uma volta às origens. Para compor o corpo médico do hospital reestruturado, Dom Tomás foi buscar uma turma que estava se formando em medicina no Paraná. Entre eles e elas, podemos citar o Fernando, Gil, Albinér e o Paulo Roberto Michalizen. Foi uma luta intensa, sendo a primeira vez no Estado de Goiás que um Hospital controlado pela elite, numa região com poucos recursos, virava um hospital popular.

Nesse contexto, essa turma começou a desenvolver uma experiência de Comissões Populares de Saúde. Elas se configuravam como pequenos grupos, tal como os que existiam na área de sindicatos e na luta camponesa. Em sua grande maioria, elas eram compostas por mulheres.

Em determinado momento, algumas representantes dessa Comissão foram pedir aos médicos do Hospital para que fizessem uma cartilha. O conteúdo desse material não era sobre os princípios da saúde, mas sobre “os direitos da saúde”. Em 1967-1968, a medicina já era privatizada e quase todos os médicos eram também fazendeiros.

Diante dessa demanda, o médico Paulo, que ainda não conhecia o processo metodológico da pesquisa participante, sugeriu que até o invés de criarem uma cartilha,

fizessem um estudo para que o povo dissesse “como estava a situação de saúde da região”. Vale salientar que essa região, atendida por hospitais desde Goiânia ao Araguaia, era composta por 13 municípios bem distantes. Foi quando ele me chamou para ajuda-los nessa empreitada.

Com isso começamos a pensar e idealizar a pesquisa. Havia uma mulher nesse movimento, chamada Idalice, que deu o nome ao projeto: “Meio Grito”. Estávamos numa reunião e ela falou: “O povo, agora, só conseguia dar o meio grito de protesto, mas chegará um tempo que eles vão aprender a dar o grito inteirado”. Entre muito pensar sobre como seria realizada a pesquisa, foi acordado que iríamos aplicar um questionário. Nesse período, eu já tinha ajudado Dom Tomás a elaborar um Programa de Ação Comunitária (PAC), e fui ajudar na pesquisa.

A Idalice e outras mulheres tiveram uma ideia muito interessante, costume dizer que é a origem da metodologia dos grupos focais. “Como fazemos várias reuniões para discutir saúde, podemos, também, reunir um grupo de mulheres, ou de casais, e vamos fazendo as perguntas do questionário. Eles discutem e nós escrevemos a conclusão. Isso ao invés de se ir de casa em casa com um questionário”. Do ponto de vista científico norte-americano, neopositivista, essa era uma ideia absurda. Mas funcionou muito bem. Lembro que a primeira pergunta do questionário era: “como vocês acham que é a saúde do povo desse lugar?”. Fazíamos a pergunta e as pessoas discutiam. Quando achavam que havia um consenso a coordenadora do grupo escrevia as considerações finais.

Convém observar que essa pesquisa foi colocada nas mãos do povo. E até os questionários foram escritos por eles e elas, mulheres em sua grande maioria. Assim,

começamos a alfabetizá-las. Zenaide Zigliotto, uma freira da Diocese, fazia uma espécie de tradução das respostas do questionário. Ela transcrevia as respostas de linguagem da roça para uma escrita formal.

Nesse cenário, constituímos uma comissão com algumas pessoas da comunidade e, depois, menor, com quatro pessoas: o Paulo, a Idalice, o Tião (um camponês) e eu. Assim, ficamos um grande tempo trabalhando com os dados obtidos, analisando quanti e qualitativamente. Foi o primeiro questionário que relacionava a saúde com questões políticas.

Não eram perguntas como: “o que você usam pra isso ou aquilo? Ou: “qual o alimento que vocês comem?”. As perguntas eram multicêntricas e analisavam todo o contexto no qual as pessoas estavam inseridas, como por exemplo: “Quando uma criança adoecer, quais os recursos que vocês procuram? Curandeiro? Pai de Santo? Medicina caseira? Médium? Médico?”. Eram muitas perguntas opinativas, abertas, como quase um questionário de entrevista. Como eram questionários grupais e não individuais, cada questionário era de um grupo; por exemplo, o questionário do grupo de Britânia, do grupo de Aruanã, e assim por diante.

Quando a consolidação dos dados ficou pronta, sob a coordenação geral de Paulo, surgiu uma dúvida: Como vamos devolver o resultado da pesquisa para as comunidades? Então, resolvemos fazer uma dupla linguagem. Idalice, Paulo e Tião produziram uma cartilha em linguagem popular chamada “Lamparina”, pelo fato de uma das mulheres do grupo ter dito que aquela cartilha seria uma lamparina para “alumiar” o caminho. Para explicar todo o processo metodológico as várias etapas da pesquisa foram descritas com analogias ao processo de fazer pamonha.

Quando o milho está no ponto de colheita, o povo se reúne em uma fazenda e cada um realiza parte do processo, são sete etapas desde plantar até comer o milho, todo esse processo foi descrito na cartilha para descrever as etapas da pesquisa.

Como segundo produto da pesquisa, eu elaborei um texto que depois virou capítulo de um livro para médicos, enfermeiros, padres, freiras, professores, com uma linguagem mais formal. Após a divulgação dos resultados, o Paulo chegou a ser denunciado pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) por conta dessa pesquisa. Pouco depois, influenciado por mim, Paulo Michalizen se interessou por Antropologia e fez o mestrado conosco. Um trabalho belíssimo sobre negros, mas com pouco a ver com a medicina.

Genial e inquieto, ele voltou para terra dele em Curitiba e trabalhou por muito tempo em um curso de Saúde Pública. Nesse meio tempo, ele virou Pai de Santo do Candomblé e, logo depois, foi fazer o seu Doutorado e, voltando às suas origens, foi pesquisar ucranianos em Curitiba. Faleceu com 36 anos de idade

Por algum tempo eu não acompanhei de perto o “movimento popular de saúde”, pois estava mais ligado nos processos antropológicos de cultura popular, que são minhas principais temáticas de estudo.

Em minha tese de doutorado tive a oportunidade de estudar religiões populares com a orientação de José de Souza Martins. Ele escreveu o prefácio do livro resultante da tese e começou assim: “Carlos Brandão é um caipira nascido em Copacabana”. Toda minha pesquisa foi entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás, e continuei assessorando movimentos de igreja com Dom Tomás e Dom Pedro Casaldáliga.

Posteriormente, houve uma outra grande pesquisa participativa na Diocese de Goiás. Esta vez ela foi muito maior. E entre nos era chamada de "Pesquisa dos 10 anos", uma vez que a Diocese completava 10 anos, sob Dom Tomás Balduino, em 1978. Ela teve duração de dois anos, e a participação de aproximadamente duas mil pessoas de 13 municípios. Entre a equipe de pesquisa havia assessores externos: José de Souza Martins e Heloisa, a esposa dele, eu e José Ricardo Ramalho, além de várias pessoas do próprio lugar, como médicos, professores e muitos trabalhadores do povo.

Nessa nova pesquisa, levantamos todas as dimensões e contextos das vidas das pessoas, como educação, religião, habitação, alimentação, saúde, entre outros. Foi uma pesquisa muito demorada, que envolveu mais de 500 questionários, agora individuais. José de Souza Martins, como sociólogo, sugeriu a aplicação de casa a casa, geralmente feito com o casal. Até tentei dar um perfil mais antropológico à pesquisa, entretanto a decisão mais acertada foi justamente aplicar os questionários de forma individualizada.

Foi um questionário bastante extenso, com processamento de dados pela PUC de Goiás, que levou mais de um ano para concluir. Ao final, com resultados mais quantitativos, por seu caráter sociológico, perguntei a Martins como seria a redação do relatório final. E prontamente ele disse que o final da pesquisa estava em minhas mãos. Levei meses para concluir esse relatório final. Foram 8 ou 10 cadernos, cada eixo temático em um caderno diferente. Um deles, a saúde.

Cultura popular e educação popular

Nos anos de 1960, todas as atividades ao nosso redor giravam em torno do termo Cultura Popular, não ainda de Educação Popular. Todas as outras criações subseqüentes, como o termo educação popular ou pesquisa participante, partiram de um grupo categórico maior chamado “Cultura Popular”. Como exemplo, os movimentos de Paulo Freire eram “movimentos de cultura popular”. Neste eixo de atividades e movimentações estavam os Centros de Cultura Popular (CPC) que, em geral, ficavam interligados as União Estadual dos Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Ou seja, eram denominados de “movimentos de cultura popular. No Recife, em 2012, comemoraram-se os 50 anos do 1º Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular”, coordenados pela equipe do Paulo Freire, que trabalhava no Serviço de Extensão Comunitária na Universidade do Recife. Local onde ele lançou o Método Paulo Freire, a Experiência de Angicos, entre outras.

Para nós, a Cultura Popular era uma via de mão dupla. Por um lado, Cultura Popular era a cultura do povo, aquilo que antes era denominado de “folclore”, com suas crenças, lendas, simpatias, músicas, literaturas de cordel, entre muitas outras expressões culturais. Por outro lado, Cultura Popular era o resultado ao enlace entre essas culturas populares e o que nós poderíamos agregar como um aporte do “mundo erudito”. “Erudito”, mas comprometido com o povo. Por exemplo, na ideia das culturas do povo havia elementos que eram autenticamente, dele, do povo. Assim como na área da medicina, os saberes patrimoniais, de gerações de pessoas em uma tribo indígena, em uma comunidade camponesa, constituem a sua própria medicina patrimonial, a medicina

cultural-popular, a medicina do povo. Mesmo assim, nelas ainda existiam elementos levados por agentes externos, ora com boas intenções, ora a serviço do capitalismo.

Como um lembrete, preciso acentuar que estudei muito sobre religião popular, catolicismo do povo, manifestações religiosas do povo, as quais ocorriam, muitas vezes, sem a presença de padre, completamente autônomas com influência do catolicismo romantizado levado na catequese, no catecismo.

Atualmente, a Igreja Evangélica tem ocupado o lugar que antes era da Igreja Católica em missões evangelizadoras em territórios indígenas. Em algumas aldeias com 50 pessoas existem 5 religiões ou até mesmo em uma família 3 religiões diversas. Com isso, nossa missão enquanto Cultura Popular era de “desalienar a cultura popular”. Ou seja, fazer com que o povo preservasse os elementos mais genuínos de sua própria cultura. Nesse sentido, havia toda a valorização que Paulo Freire e que o MEB davam à Cultura Popular, buscando evitar a alienação derivada da invasão de valores capitalistas e mercadológicos. Paulo Freire trabalha muito isto em Pedagogia do Oprimido.

Nos Movimentos de Cultura Popular atuávamos em várias áreas: o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal; Métodos de Alfabetização de Paulo Freire; Música Popular, músicas de protesto, como a de Geraldo Vandré, de Carlos Lira, do teatro de Agildo Ribeiro; Direito popular e muitos outros. Nesse cenário, começou-se a falar sobre Saúde Popular, sendo um assunto que ainda estava muito restrito e ligado à medicina, sobretudo através de jovens estudantes de medicina e áreas afins,

Conforme pode-se constatar, a Educação popular era compreendida uma das áreas da Cultura Popular. É tanto

que, lembro, Paulo Freire não utilizava o termo “Educação Popular” no livro “Pedagogia do Oprimido”. Ele empregava: educação liberadora, educação problematizadora, educação conscientizadora.

Oscar Jara Holliday, um educador e pesquisador peruano que atualmente mora e atua na Costa Rica, coordenando o Conselho Latino Americano de Educação de Jovens e Adultos (CEAAL), me mandou faz algum tempo um e-mail com uma inquietação: “Ninguém sabe quando surgiu pela primeira vez a expressão educação popular”. Então, fui buscar em todos os escritos de Paulo Freire, e realmente não existia, apenas mais tarde, em entrevista.

Mobilizei várias pessoas do Brasil e da América Latina para pesquisarmos sobre tal origem. Os mais experientes, como Balduino Andreola, com 86 anos, do Rio Grande do Sul; Osmar Fávero, com 87 anos; Maria Tereza, da Argentina, e outras e outros mais jovens. E eu semeiei a inquietação do Oscar Jara; mas ninguém encontrava resposta. Até que o Osmar lembrou que a primeira vez em que apareceu oficialmente o termo “Educação Popular” foi em um movimento paraibano chamado Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), em 1960, muito antes do próprio Paulo Freire.

Depois o próprio Oscar Jara descobriu uma revista publicada no Uruguai, de um grupo de cristãos de Esquerda, o ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina. Em 1972, “Padres do Terceiro Mundo” vindos de todo o Continente, fazem uma grande reunião no Chile e o relatório desse encontro, chamado de “Ecumenismo e Sociedade”, foi publicado em uma das edições da revista que pertencia a Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL). Nesse artigo

completo sobre equipe de trabalho, fala-se em Educação Popular.

Depois houve a publicação do termo em um livro, que, segundo Oscar Jara, foi o primeiro livro com a expressão “Educação Popular”. Ele foi escrito mim e se chama “Educação Popular e o Processo de Conscientização”. Foi publicado na Argentina em 1974. O autor vinculado a obra, na época, tinha por nome Júlio Barreto, um pseudônimo que usei para não chamar atenção para meu verdadeiro nome, pois seria perigoso naquele momento, sob ditadura no Brasil.

Por volta de 1969-1970, eu fazia muitas viagens clandestinas pela América Latina, apresentando o Método Paulo Freire aos países que ainda não estavam sob Ditadura, como o Chile e a Argentina. Dez anos depois do lançamento na Argentina, o livro foi publicado no Brasil e teve que permanecer com o nome do autor Júlio Barreto. E me restou ser o tradutor do meu próprio livro.

Na década de 1960, começamos a lidar com o que atualmente é a “saúde comunitária”, a “medicina popular”, como dimensões de uma ampla educação popular. E mais tarde a pesquisa participante, a teologia da libertação, os movimentos sindicais rurais e tudo o mais. Todas aquelas inovações latino-americanas insurgentes, inovadoras, questionadoras, emancipadoras, anti-hegemônicas, anti-coronelistas, começam com o primeiro grupo de Paulo Freire, no Recife. Foi uma história muito dura, fecunda e bonita; e muito mal contada da América Latina. Entre 1960 e 1970, a qual nos descobrimos. Dialogamos entre nós, tivemos entre nós não só os grandes Paulo Freire e Orlando Fals Borda, mas inúmeros educadores e educadoras, médicos, sanitaristas, artistas, teatrólogos.

Vivi intensamente o momento em que muitas pessoas dos Estados Unidos e da Europa vinham ao Brasil, não para ensinar, mas para aprender conosco. Há anos atrás, em 2015, estive em um Fórum Paulo Freire em Turim, na Itália. Uma quantidade de gente de vários países ao redor do pensamento de Paulo Freire e da Educação Popular. Na Alemanha existem mais grupos de Teatro do Oprimido do que no Brasil. Ou seja, inovações dos anos 1960-1970 que explodem pela América Latina e que fertilizam todas as áreas. E que sobrevivem até hoje. Tudo isso nasce como “Movimento de Cultura Popular”, o termo que nos unia.

Relembro que em 1962 a equipe de Paulo Freire realizou no Recife o 1º Encontro Nacional dos Movimentos de Cultura Popular. As atividades da equipe de Freire foram violentamente reprimidas e fechadas no golpe militar de 1º de Abril de 1964. Restaram várias experiências de mobilizações que atravessaram ditaduras no Brasil, no Chile, no Uruguai, na Argentina, e continuam vivas até hoje. Como diria um poeta gaúcho querido Mário Quintana: “Eles passarão, nós passarinho”.

Assim, começamos a trabalhar com a Cultura Popular, que logo depois veio a agregar a “área da Saúde”, de Direito, de Engenharia, de Teatro, de Música, de Educação. Logo, começamos a pensar esse movimento como “ida e volta”. O movimento da ida foi que me fez Antropólogo. Eu me formei em Psicologia e me tornei Antropólogo com o desejo de ir às raízes populares, ao mundo afro-brasileiro, ao campesinato brasileiro, a Amazônia. Ao “Brasil profundo”. Não mais para pesquisar como os folcloristas de antes, que se debruçavam sobre o pitoresco, o interessante, o bonito, o ofertado aos turistas sobre nossa cultura popular. Pelo contrário, eu queria descobrir criticamente o “Brasil

profundo”, o que essa cultura popular quer dizer? O que isso representa? Qual o lado de dentro disso que chamamos de manifestações folclóricas, e que começamos a pesquisar como culturas populares? Até chegar um ponto que o Orlando Fals-Borda vai dizer que não elas são apenas “culturas populares”, mas são também saberes populares. E ele vai cunhar a ideia de “ciência popular” antes dos Antropólogos.

Neste sentido, o que antes chamávamos de credices, de crenças, de manifestações de negros, de indígenas, de camponeses, ao olharmos de dentro para fora e não de fora para dentro, constituem na verdade outros sistemas de saberes que se constituem como ciências próprias. Fica nítido que são outras muitas e múltiplas formas de conhecimento. E podemos perceber uma desconsideração, desqualificação e, muitas vezes, condenação dessas formas de saberes e de ciência, não só pelo sistema capitalista.

Como exemplo, fui a um encontro da UNESCO em Cuba. E lá eu perguntei a um educador cubano sobre onde poderia encontrar religiões afro-cubanas em Havana, pois tinha interesse em ter contato. E ele me disse que em Cuba não existiam mais religiões populares, muito menos afro-cubanas, mas apenas o proletário e uma “cultura do proletariado”. Doce engano dele! Poucos lugares no mundo têm tantos terreiros e cultos afro-cubanos como na própria Cuba.

De que maneira é possível estabelecer relações entre os grupos populares e nós, que somos mestres e doutores do mundo acadêmico, sendo muitos de nós servis a esse jogo de poderes e hierarquias acadêmicas? Costumo dizer que, a partir do Conselho do Vaticano II, a Igreja Católica começou a desqualificar suas hierarquias milenares. Mas

a Universidade começou a supervaloriza-las. Uma quase infinita escada desde graduandos e mestres até doutores e pós-doutores.

Na viagem de volta, o que nos interessava era justamente o diálogo. Educação popular, saúde popular, saúde comunitária, medicina comunitária, quantos e quantos nomes para denominarmos o que chamamos de entrelugares ou territórios de fronteira entre nós, a serviço do povo, e o próprio povo em seus coletivos, comunidades, movimentos. Lugares de um ponto de encontro entre essas diversas culturas muito mais diversificadas do que nós imaginamos. O Candomblé é extremamente diverso do Rio Grande do Sul ao Maranhão, em variações não ancestrais e que estão se recriando, se retrabalhando.

Uma das orientandas que herdei do Luís Mott fez uma pesquisa muito interessante. Em uma favela de Campinas, ela buscou respostas à sua pergunta junto a mães, sobretudo. E as perguntas do seu questionário eram muito simples: “O que você faz quando um filho seu fica doente?” “Leva para o centro de saúde e depois para uma rezadeira”, ou, ao contrário, “faz um remédio caseiro e se não melhorar leva para o posto de saúde”. E houve muitas respostas. E com essas informações ela fez cruzamentos sobre os itinerários terapêuticos daquelas mães que se intercruzavam entre o remédio caseiro e o posto de saúde. Isso acontece conosco em nossas vidas, todos e todas nós observamos também percursos curiosos que se entrecruzam.

Para que você veja como tantas coisas estão mudando no Brasil, eu trago um exemplo meu. Certa ocasião, fui contribuir com uma palestra de abertura em curso da UnB sobre “Território e Identidade Indígena”. Para tal ocasião, montaram uma mesa-redonda com um branco, que era

eu, e um índio, que era Davi Kopenawa. O interessante foi o Davi, um índio lanomâmi estava com um microcomputador Apple de última geração, enquanto eu preparava minha fala com papel e caneta Bic. Meses depois eu comentei isto em uma reunião em São José dos Campos. Aconteceu que eu dos participantes eram um notável professor e poeta de cordel. Ele transformou a minha palestra em um longo “cordel”. E o cordel “Um olhar antropológico”, começa assim:

“No Brasil, em 5 séculos,
muita coisa já mudou.
A diversidade é tanta
que um dia me assustou,
Antropólogo de Bic
e Índio de Datashow”.

A produção do conhecimento na perspectiva da experiência na Rosa dos Ventos

Construí no Sul de Minas um espaço comunitário. A Rosa dos Ventos é uma casa aberta, que desde a porteira é sem nenhuma tranca. Trata-se de um espaço de acolhida solidária, com um conjunto de casas no meio da mata na zona rural de Caldas no sul de Minas Gerais. Chamo de “Ecovila de Vivências”, de encontros. O lugar onde tem as casas é bem reduzido, o resto é uma Floresta. Então, quase não tem onde plantar, existe apenas um lugarzinho que antes era um estacionamento e fizemos uma horta. E assim, o que cultivamos lá são pessoas, são encontros entre pessoas, são vivência entre diálogos.

O meu sonho é construir uma rede de espaços de vivências como a Rosa dos Ventos, onde as pessoas pudessem chegar, ficar, contribuir e ajudar. Trabalhamos com base na economia solidária, e a proposta é muito simples: um lugar aberto para vivências e para encontros. Vale salientar que temos alguns princípios. Todos que vão ajudam em tudo, não há hóspede. A ser servido. A pessoas que chegam, que vem or uma noite, uma semana, um ano ou uma vida. E tudo o que se faz e vive é compartilhado por todas as pessoas que lá estão ou lá vivem.

Escritos sobre Paulo Freire

Em 2018 concluí mais um livro que escrevo sobre Paulo Freire. O livro meu de que gosto sobre Paulo Freire foi escrito para o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST fez uma "Semana Paulo Freire", dois anos depois que ele faleceu. Então me encomendaram uma biografia sobre ele. E eu pensei: "já existem inúmeras biografias de Paulo Freir; até em japonês". O próprio Paulo, quando ficou mais velho escreveu muito sobre a sua vida, como "Cartas a Cristina", "Na sombra dessa Mangueira", etc. Entretanto, insistiram muito sobre a biografia. E a Roseli Caldart deu a ideia de escrever uma edição da biografia na versão para crianças e para professores, pois a Semana Paulo Freire era para os "Sem-terrinhas", nas escolas do MST.

Saíram então três edições, uma direta do MST muito bem ilustrada, intitulada "A história do menino que leu o mundo" que foi lançada em um assentamento no Rio Grande do Sul e já se esgotou. Já a segunda edição da biografia descobri em outro encontro do MST, em Maceió. A Expressão Popular publicou outra edição. A terceira edição

foi publicada pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) com a participação de Nita Freire, que escreveu alguns boxes pelo livro.

Alguns dos desafios para a atualidade

Entre 2016 e 2018, fizemos todo um descalabro ao redor do Michel Temer e o Governo golpista. Atualmente enfrentamos o Governo Bolsonaro.

No que se refere a configuração das sociedades humanas de até pouco tempo atrás, podemos dizer que compreendemos ter, antes do capitalismo, uma organização com, de um lado, a sociedade civil (que somos nós, aqueles que Jean-Jacques Rousseau chamaria de “Povo Soberano”. De outro, o Poder de Estado. A nossa sociedade ocidental e antiga e “moderna” criou reis e impérios, como um espaço da vida social que se descola da sociedade civil. E, mesmo quando diz que age em seu nome, na sociedade do mercado o Poder de Estado está descolado da Sociedade Civil, e age pela preservação de seu poder, seja o Primeiro Imperador, o Primeiro Faraó, o nosso Dom Pedro II, ou nosso Temer.

Após a emergência do capitalismo, há uma diferença entre os diferentes momentos históricos, com algo que não existia e que agora transforma nossa sociedade na imagem de um triângulo. Ou seja, além de Sociedade Civil (nós) e o Estado (o poder estatal), há um terceiro polo. Há uma terceira instância. Essa terceira instancia se descola da Sociedade Civil tal como o Poder de Estado antes, e se transforma em uma instância em-si. Essa terceira instancia está representada por setores da Sociedade Civil que ocupam o lugar do Poder do Mercado, adequando a

organização social a interesses de grupos e corporações capitalistas de dominação, de colonização e de ocupação de posições estratégicas na definição da agenda pública nacional, com um predominante interesse econômico e financeiro.

No Brasil de hoje temos dimensão face da Sociedade representada por nós. Aquilo que em uma sociedade democrática, em mundos mais humanos, seria a instância de uma Sociedade Civil, livre, soberana e determinante dos rumos do Poder de Estado e do Mundo do Mercado.

Lembro a socióloga Sáfira Ammann como exemplo concreto. Ela viveu anos e anos na Suíça. Na suíça, se você arrancar uma florzinha da praça você pode ser preso. Ou então uma velhinha vai dar com o guarda-chuva na sua cabeça. Porque aquela flor é dela! Aquela praça também. A flor e a praça pertencem não ao Poder do Estado (Prefeitura), mas à comunidade das e dos cidadãos. Ela é do povo. Aqui no Brasil, introjetamos a ideia colonial de que aquilo que não é meu, como propriedade particular, é do Governo, pois "público" pertence ao Poder Público. Não sentimos claramente que aquilo que é público é nosso, de todas e de todos nós. Cria-se, portanto, como eu disse anteriormente, uma terceira instância, uma atribuição ao Estado de um poder que deveria ser conduzido pelas pessoas da sociedade civil, ou por pessoas "públicas" delegadas por elas.

É necessário sublinhar que grande parte de nossa luta por cidadania é para fazer com que compreendamos que os rios, as praças, são nossos, são do povo. A mesma ideia vale para a saúde, para a educação, para a cultura.

O grande problema é que o que chamamos aqui de "terceiro vértice do triângulo da sociedade" o outro

lado dessa pirâmide, o chamado Mundo do Mercado, o mundo capitalista-empresarial, que não existia antes do capitalismo, agora domina o próprio Poder de Estado, que legisla em seu nome e não no nosso, não no do povo, não no da Sociedade Civil.

Há pouco tempo atrás, um sociólogo em um encontro nosso lembrou algo muito inteligente para entendermos a situação atual. Ele dizia: “O Lula nunca foi socialista, em nenhum documento do Lula ele dizia que era socialista ou comunista”. O Lula sempre foi um militante sindicalista e popular. Ele, dentro dos limites impostos ao Poder de Estado de seu tempo, buscou ser um praticante de uma sociedade ainda capitalista, mas com um “capitalismo Social”. Na polaridade capitalista entre capital-e-trabalho, ele foi um político que se colocou do ponto de vista do “polo do trabalho”.

O processo que derrubou a Dilma, e está derrubando todos os presidentes progressistas da América Latina, é um pacto globalizado que consegue realizar um movimento oposto. Quando se fala hoje de reforma trabalhista, de privatização da saúde, de mercantilização das escolas e das universidades, explicita-se esta mudança de rumo. Nessa relação, o Poder do Estado serve ao mundo do capital; retira direitos sociais da sociedade civil e amplia a agenda de privatizações. O que acontece hoje no “mundo da saúde” é uma clara evidência desta distorção do sentido de Poder de Estado.

Ou seja, a instancia do Estado se dobra à instância do mercado, deixando à própria sorte a instância da Sociedade Civil e do Povo.

Mas é preciso, ao mesmo tempo em que compreendemos o que se passa nesse contexto, manter a esperança.

De estudante universitário a pai de filhos e professor, atravessei a Ditadura Militar inteira. Estamos em uma outra Ditadura, talvez pior. Acompanhei a Ditadura do Chile, da Argentina, do Uruguai, da Colômbia. E lembro um acontecimento que nunca devemos esquecer. Em todos esses lugares, foi nos momentos mais difíceis e duros que da parte do povo e da gente mais foram buscadas frentes de luta e de emancipação. .

No entanto, penso que é momento de deixar apenas de fazer críticas e lamentar o mundo que estamos vivendo. Façamos a pergunta: "O que podemos fazer nesse momento?".

Ou, em resumo, gosto muito de resgatar uma frase do filósofo e militante social Jean-Paul Sartre: "Uma coisa é o que fizeram de nós; e uma outra coisa é o que nós fazemos com o que fizeram de nós".

EYMARD MOURÃO VASCONCELOS



EYMARD MOURÃO VASCONCELOS³

O professor Eymard Mourão Vasconcelos destaca-se nacionalmente como um dos sujeitos com papel relevante e contribuição singular para a constituição do movimento de Educação Popular que se disseminou pelo setor saúde no âmbito da Paraíba e do Brasil. A sua formação é em Medicina (1975), com especialização em Residência de Clínica Médica (1977), mestrado em Educação (1986), doutorado em Medicina Tropical⁴ (1997) – todos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – e especialização (1981) e pós-doutorado em Saúde Pública (2005) pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

É professor aposentado do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo atuado, também, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Iniciou sua carreira como docente da UFPB no ano de 1978, onde assumiu o cargo de professor em diferentes cursos de graduação do Centro de Ciências da Saúde

3 Texto organizado por Renan Soares de Araújo e Islany Costa Alencar, membros do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Fonte da imagem: <https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-ciencias-sociais-e-humanas-em-saude/palmira-lopes-e-eynard-vasconcelos-homenageados-pela-abrasco/42893/>

4 Medicina Tropical corresponde a uma área de formação da medicina, do ramo da saúde pública, aplicada a doenças infecciosas e parasitárias típicas de regiões tropicais e subtropicais.

Medicina e, posteriormente, no ano de 1998, se tornou professor do PPGE.

Nascido na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, após se formar em medicina e ter finalizado sua Residência de Medicina Interna no Hospital das Clínicas da UFMG, mudou-se no final da década de 1970 para a região Nordeste, mais especificamente para a região do Brejo, no interior do estado da Paraíba, onde atuou, enquanto docente da UFPB, na implementação do Estágio Rural Integrado dos diversos cursos de graduação em saúde e do Estágio Rural da Residência de Medicina Preventiva e Social, auxiliando no processo de fortalecimento e consolidação dos serviços de Atenção Primária à Saúde, que começavam a ser implantados nessa região através do PIASS – Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Ministério da Saúde. Nessa época, começava a se expandir também a proposta de integração do ensino em saúde com a rede assistencial. Sua atuação no Brejo paraibano aconteceu entre 1978 e 1982. Nesse mesmo período, militou, de forma clandestina (era tempo de Ditadura Militar e perseguição política), junto às pastorais da Igreja Católica local, principalmente no Centro de Orientação dos Direitos Humanos da Diocese de Guarabira. A partir de sua participação em iniciativas de Educação Popular das pastorais da Igreja Católica local, começou a se dedicar ao fortalecimento de lutas comunitárias pela saúde na região. Envolveu-se também na articulação nacional de experiências de saúde comunitária, que se transformaria depois no Movimento Popular de Saúde – MOPS.

No ano de 1983, após ser retirado da região pela repressão política, iniciou o seu mestrado em Educação na UFMG, passando a se envolver, de maneira mais

contundente, com a sistematização teórica de algumas das experiências vivenciadas. Começou, então, seu trabalho de explicitação teórica do que viria a ser reconhecido depois como Educação Popular em Saúde. Suas publicações foram pioneiras na conformação desse campo de práticas e reflexões. Sistematizou reflexões e estudos em diferentes dimensões do campo, como os desafios para o trabalho educativo nos serviços públicos de saúde, a valorização da abordagem familiar nos serviços básicos de saúde, a dimensão espiritual das práticas educativas em saúde, o amor no trabalho em saúde, os caminhos da extensão universitária orientada pela Educação Popular e a pedagogia universitária freiriana. Nessa trajetória, teve ampla produção acadêmica de artigos publicados em periódicos científicos, em livros autorais ou por ele organizados, além de diversos capítulos de livro.

Por meio de suas variadas experiências, sistematizações e publicações, Eymard tem se destacado enquanto referência fundamental do debate em torno da reorientação da formação universitária e das ações do setor saúde sob a perspectiva de uma maior aproximação com a realidade vivenciada pelas pessoas e grupos dos setores sociais subalternos, possuindo no pensamento freiriano e na concepção da Educação Popular o suporte teórico-metodológico e princípios ético-políticos fundantes de sua prática.

Teve ainda um papel de liderança na organização nacional, desde 1991, de um movimento social de profissionais de saúde identificados com a potencialidade da Educação Popular para a construção de uma atenção à saúde mais integral e participativa. Esse movimento veio a ser chamado

posteriormente de Rede de Educação Popular e Saúde. Atualmente, é o coordenador nacional dessa Rede.

Na UFPB, mesmo aposentado, continua coordenando o Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde e apoiando várias iniciativas orientadas pela Educação Popular no campo da saúde.

Iniciando a conversa com histórias de minha formação familiar.

Desde a infância, eu sempre tive uma formação muito ligada ao cristianismo. O meu pai era uma importante liderança cristã em Belo Horizonte, possibilitando-me o convívio com pessoas e conversas muito elaboradas sobre a vida religiosa. Mas, predominava, nesse ambiente religioso, uma perspectiva bastante tradicional e conservadora. Num ambiente internacional de Guerra Fria, entre os EUA e a União Soviética, com grande investimento na propaganda do “perigo comunista” para a democracia e para a liberdade religiosa, a Igreja Católica mineira destacava-se pelo posicionamento conservador firme de muitos de seus bispos. Alguns desses bispos eram muito próximos à minha família. Papai se posicionava claramente contra tendências de esquerda que já se expandiam dentro do cristianismo. O Golpe Militar de 1964 foi visto com alívio por ele e seus amigos. Essa visão conservadora foi incorporada por mim até a adolescência. Lembro-me de defender com ardor a intervenção militar norte-americana no Vietnã contra a expansão comunista, intensificando brutalmente a guerra que ali acontecia.

Papai tinha visões do mundo que hoje discordo muito. Mas tinha uma dedicação muito forte às causas da

pobreza. Como advogado, assumiu gratuitamente inúmeras e trabalhosas causas de pobres encaminhados pela igreja. Era conhecido como um dos advogados com maior clientela de Belo Horizonte, mas a maioria das pessoas não lhe pagava nada. Era, por isso, ironizado pelos colegas de profissão. Por este motivo, nossa família sempre viveu com muito aperto financeiro. Sua firmeza ética e sua seriedade me marcaram muito. Não só a mim, mas a muitos que o conheceram. A forma como era respeitado socialmente, trouxe-me uma grande responsabilidade: eu era o filho (éramos nove) que mais parecia com ele. Era muito próximo. Essa referência tão próxima me exigia (me exige ainda hoje) muito.

Na segunda metade da década de 1960, começaram a surgir muitos movimentos de juventude ligados à Igreja Católica em Minas Gerais. Entre eles, havia o Curso de Juventude Cristã (CJC), movimento do qual eu comecei a participar. Ele chegou a aglutinar mais de 3000 jovens. Através dele, comecei a participar de espaços de discussão mais abertos com outros jovens, em que questões religiosas, dilemas afetivos da vida juvenil e a vontade de compreender criticamente a realidade eram sempre enfocados. Eu e meu irmão Eduardo tomamos a frente de organizar um grupo de jovens em nossa paróquia que se tornou muito dinâmico e ativo.

Através do CJC, tive a oportunidade de conhecer o teólogo jesuíta João Batista Libânio, que viria a ser um dos principais formuladores latino-americanos da Teologia da Libertação. Ele estava voltando de uma ampla formação humanista na Europa e começou a acolher um grupo de jovens do CJC que queriam um aprofundamento da discussão crítica dos caminhos do cristianismo. Assim, formou-se a Tropa (Maldita). Além de encontros semanais, que começavam

com uma missa celebrada por Libânio, passamos a organizar vários encontros maiores durante o ano, aproveitando as férias e os feriados emendados do Carnaval, Semana Santa e outros. Esses encontros aconteciam, principalmente, na cidade de Juiz de Fora, sul de Minas, para os quais jovens de vários estados do Sudeste vinham. Cada encontro tinha um tema específico. Neles, Libânio introduziu-nos, com grande profundidade, em várias discussões filosóficas, teológicas e sociológicas contemporâneas. Criamos uma rica rede de troca de experiências e reflexões. A Tropa foi um lugar central de minha formação humanística. Libânio foi um grande mestre. Com ele, tive uma outra referência, diferente da trazida por papai, para pensar minha inserção na vida. Uma referência com muitas diferenças da referência de papai, mas também com muitas semelhanças. Com ele, passei a ver que o enfrentamento da pobreza e construção da inteireza humana dependiam também de reformas da estrutura política e econômica da nação. E que a busca de compreensão crítica da realidade tinha uma história milenar e diversa, com muitos pensadores importantes.

Encontro com a Educação Popular: uma experiência fundante que marcou a minha vida de maneira profunda

Quando escolhi o curso de medicina, pensava em me tornar pesquisador. Tinha em minha mente a imagem do pesquisador no laboratório, com a ideia de que, por meio disso, poderia desvelar grandes mistérios do corpo humano e, assim, encontrar soluções impactantes. Com esse pensamento, cheguei a estagiar no Departamento de Fisiologia da UFMG e vim a saber como a pesquisa científica

em laboratório funcionava, sendo algo sem o dinamismo que esperara, com um trabalho demorado e dependente de uma rotina metódica de repetição de experiências. Um trabalho disciplinado de longo prazo. Isso causou-me uma frustração. Entrei em crise, pensando em largar o curso de medicina.

O que realmente me fez não desistir do curso de medicina foi uma experiência de extensão que vivi no ano de 1974, quando estava no terceiro ano do curso, oportunizado pelo Movimento Estudantil.

Tudo começou quando ocorreu a I Semana de Saúde Comunitária (I SESAC), organizado pelo Centro Acadêmico do Curso de Medicina da UFMG e outros centros acadêmicos de cursos da região sudeste. Eu não participava, na época, do movimento estudantil, mas tinha alguns amigos do movimento de juventude cristã na frente da organização do evento. Resolvi participar, mesmo sem saber bem o que encontraria por lá.

Por ocasião desse evento, estiveram presentes estudantes do curso de medicina de muitos outros estados, os quais trouxeram relatos e reflexões de experiências de trabalhos de saúde comunitária variadas, que já estavam eclodindo e se estruturando pelo Brasil afora. Eram ações de extensão universitária tocadas pelo movimento estudantil, quase sem apoio da administração universitária. Algo muito diferente do que acontece hoje, quando a maioria dos estudantes só valoriza ações apoiadas institucionalmente. Ao participar desse encontro, fiquei admirado com o entusiasmo com que os estudantes se expressavam ao relatar tais experiências. Traziam uma outra perspectiva completamente diferente de pensar o trabalho de saúde.

A organização da SESAC planejou também estágios, logo após o evento, na região do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. É uma região muito pobre de Minas, mas com uma rica vida cultural. Nela, estava sendo implantada, pela Secretaria Estadual de Saúde, uma experiência pioneira de saúde comunitária planejada e integrada regionalmente. Era uma iniciativa de um grupo de sanitarista, precursores do Movimento Sanitário, sob o comando de Francisco Assis Machado, o Chicão, começando a buscar novos caminhos de organização da assistência à saúde, naquela época em que o sistema público de saúde era baseado, principalmente, em contratação de hospitais conveniados pela Previdência Social. Esses sanitaristas tinham sido grandes apoiadores da organização da SESAC.

Fui, juntamente com mais dois estudantes, para o povoado de Engenheiro Schinnor – um povoado bem pobre que estava em decadência devido à desativação da Estrada de Ferro “Vitória - Minas” –, no município de Araçuaí, onde estagiamos por duas semanas em um postinho de saúde em início de estruturação, sem profissionais de nível superior.

Ao chegar ao local, o que se via era um povoadozinho “feio” e bem pacato. Contudo, essa “feiúra” desfez-se quando tive acesso e possibilidade de perceber a riqueza que existia dentro daquela comunidade e daquelas pessoas. Aquele lugar pacato e decadente revelou-se um lugar com um dinamismo impressionante, em que problemas aparentemente insignificantes iam se revelando interligados por uma teia de histórias complexas, marcadas por opressões, sofrimentos, perseveranças e paixões.

Mesmo sendo apenas estudantes, a população, carente de assistência à saúde, vinha em grande número

e nos reportavam os seus problemas, que esforçávamo-nos em resolver a partir de medicamentos da Secretaria Estadual de Saúde e por meio de muita conversa. Como alguns de nós já tínhamos certa aproximação com os princípios da pedagogia libertadora de Paulo Freire, empenhávamo-nos em criar espaços onde fosse possível ir discutindo de forma ampliada as raízes e caminhos para resolução de problemáticas locais que mais incomodavam aquelas pessoas. Para isso, buscávamos identificar possíveis lideranças populares que nos auxiliassem para estabelecer um trabalho de mobilização.

Éramos três estudantes de medicina vindo de perto a realidade de carência de atenção e cuidado em saúde que existia naquele local. Apesar da precariedade de nossa formação, fomos muito significativos para as pessoas dali, de maneira que elas recorriam a nós, e, daí, iniciavam-se discussões, e fazíamos rodas de conversa. Tudo isso ia me impressionando. Ora, eu era um estudante de medicina de família de classe média, daqueles bem “caretinha”, e, de repente, fui tendo contato com o mundo diferente daquelas pessoas. Fiquei fascinado com a complexidade da vida a que ia tendo acesso. Ao mesmo tempo, ia descobrindo um lugar e um papel do profissional de saúde que nunca tinham sido apresentados para mim. Nunca imaginara que um médico podia ser elemento importante de articulação e de animação para a construção de novos caminhos de vida para as famílias. E que trabalhar a saúde de uma coletividade fosse algo assim tão desafiador e inovador.

Essa foi uma experiência fundante em minha vida. Foi uma experiência em que não houve exatamente um encantamento teórico, mas sim algo mais profundo, que toca o coração. Esse encontro com o mundo das classes

populares no contexto de trabalho em saúde e luta por justiça social me marcou muito. Em decorrência dessa experiência, redirecionei todo o meu curso e meus projetos profissionais. Ainda não entendera muito bem o que havia acontecido, no entanto, tinha em mim a certeza de que era exatamente isso que eu gostaria de fazer pelo restante de minha vida.

Posso dizer que foi essa experiência inicial que deu sentido à minha profissão, que me trouxe para o Nordeste e que passou a orientar a minha vida acadêmica. A Educação Popular, que orientou indiretamente essa experiência, começou a mostrar a sua força para mim.

A potência contida em pequenas ações que foram ajudando na constituição do Movimento do Sanitário brasileiro

Eu e vários outros estudantes, após termos tido essa experiência (outros grupos foram para vários lugares do Vale do Jequitinhonha), voltamos muito empolgados. Em vista disso, formou-se um grupo de estudos de saúde, no Centro Acadêmico de Medicina, para continuar discutindo os caminhos de uma assistência à saúde mais integral e comprometida com o mundo popular. Antes, o Centro Acadêmico tinha uma prática muito focada em discussões políticas mais gerais e em mobilizações para o enfrentamento da Ditadura Militar. Parte de suas ações eram clandestinas. Havia medo na maioria dos estudantes da universidade com esse tipo de prática. A repressão política era grande. Grande parte também não se identificava com o ideário marxista e comunista que dominava sua direção. Com a criação do Centro de Estudos de Saúde, começaram a existir

discussões mais próximas da prática profissional e menos focada na busca dos caminhos de uma revolução comunista para o Brasil. Autores marxistas eram valorizados nessas discussões, mas a partir da vontade de melhor compreender as possibilidades e limites do trabalho concreto em saúde. Dessa forma, o movimento estudantil começou a crescer e a ganhar mais legitimidade no meio da maioria dos estudantes, não apenas do curso de medicina, mas de todos os outros cursos de graduação. Passou a ter um destaque nacional e a impulsionar uma reforma curricular do curso de medicina, pioneira no cenário brasileiro. Pela primeira vez, um grande curso de medicina começou a se organizar para enfrentar o modelo de ensino centrado no hospital e nas especialidades. Por décadas, foi uma referência para outros cursos.

Organizamos vários amplos debates, produzimos cadernos de textos e apoiamos a organização de outras SESACs em outros estados brasileiros. Lembro que chegamos a estruturar debates na UFMG com mais de 800 estudantes participando. Como estávamos em época de ditadura militar, a polícia, disfarçada de forma muito grosseira, sempre circulava pelos eventos, gerando um clima de incerteza e medo que inibia, mas também nos instigava e provocava.

Nunca imaginei que aquelas pequenas iniciativas, tão locais, fossem ter a repercussão que tiveram. A UFMG passou a ter um lugar de destaque nacional na mobilização de debates sobre o modelo de saúde vigente e a busca de novos caminhos. O jeito do nosso Centro de Estudos se organizar ajudou a inspirar a organização do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), com sede no Rio de Janeiro, que passou a assumir papel central na articulação e organização do Movimento Sanitário brasileiro, com sua importante Revista Saúde em Debate

Hoje, sei que, quando começamos a trabalhar coletivamente, de forma comprometida com a realidade da população marginalizada, criamos condições para conhecer situações e desafios nunca antes imaginados. Aprendemos muito mais do que qualquer disciplina de graduação. Aglutinamos e desencadeamos processos imprevistos e surpreendentes. Muitas vezes, somos derrotados, doendo muito. Outras vezes, tudo se dissolve e desaparece com o tempo. Mas pequenas iniciativas podem prosperar fora de qualquer planejamento. Foi aí que aprendi a gostar e me fascinar por essa imprevisível construção social cheia de surpresas, beleza e desafios. Fiquei viciado nesse jogo. Um jogo que tem uma finalidade grandiosa que nos mobiliza e nos dá ânimo para enfrentar adversidades.

Assisti, assim, bem por dentro, como pequeno coadjuvante, o nascimento e fortalecimento do Movimento Sanitário brasileiro. Tenho grande orgulho disso. Muitos de seus protagonistas se tornaram amigos. É como se fosse uma família nacional.

Hoje, a maioria dos jovens profissionais de saúde conhece bem uma história do SUS, que parece começar com a Constituição de 1988. Mas, houve um pré-SUS, que nos ajuda muito a compreender os caminhos brasileiros de reforma do sistema de saúde. Quando o atual Sistema Único de Saúde ganhou formalidade jurídica, não foi uma criação, naquele momento, de legisladores, governantes e alguns intelectuais. Foi uma construção demorada que passou por inúmeras experiências locais de saúde comunitária, inicialmente fora do aparelho do Estado e, depois, em algumas prefeituras e secretarias estaduais de saúde, por lutas de movimentos sociais por mudanças da organização desses serviços, por articulações, muitas vezes clandestinas,

para fortalecer iniciativas inovadoras e por estudos críticos que subsidiaram lutas e orientaram novas propostas. Mesmo o governo federal da ditadura militar, após a segunda metade da década de 1970, quando a crise econômica piorou e a insatisfação da população começou a se manifestar mais claramente, passou a implementar iniciativas de reforma do sistema de saúde que se baseavam na atenção primária à saúde. Para a ditadura militar, era preciso ampliar a atenção à saúde para setores populacionais descobertos, sem ter maiores gastos orçamentários, para que a gestão federal militar tivesse ainda alguma legitimidade junto à população. Nesse espaço, muitos sanitaristas do Movimento Sanitário foram convidados para assumirem a coordenação de programas de saúde pública no governo controlado pelos militares. No Brasil, apenas os sanitaristas de esquerda tinham desenvolvido habilidades e conhecimento para implementarem sistemas de saúde baseados na atenção básica. Foi a chance de eles penetrarem no aparelho de Estado, mesmo em tempos de ditadura militar de direita.

Assim, quando o SUS foi criado em 1988, sua base institucional, teórica e prática já estava bem delineada nessas experiências pioneiras.

Um desafio surpreendente e não planejado: o movimento de médicos residentes

A partir da experiência que vivenciei em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, toda vez que chegava o período das férias, eu procurava ter alguma experiência em saúde comunitária. Algumas foram juntas de iniciativas da Igreja, que na época apoiou muitas experiências de desenvolvimento comunitário na lógica da educação

popular. Outras foram com colegas do Centro de Estudos de Saúde. Nelas, fui percebendo que a formação que estava recebendo na Faculdade não me dava segurança clínica para atuar com medicina comunitária. Meu curso tinha sido feito no antigo currículo, antes da reforma que ajudamos a promover, e, assim, era muito centrado no atendimento hospitalar especializado. Por isso, planejei fazer uma residência médica logo após a graduação. Como em 1975, ano de minha formatura, não existia ainda residência de medicina de família e comunidade no Brasil, optei por fazer uma residência de clínica médica no Hospital das Clínicas da UFMG. Tinha aprendido que o respeito da população por uma competência clínica abria muitas portas para o trabalho educativo mais amplo. E discordando de alguns colegas do movimento estudantil, que um atendimento sem competência técnica, voltado apenas para a doutrinação e organização política da população, era um desrespeito às suas necessidades humanas mais essenciais.

Entre na residência para me preparar para o trabalho comunitário em saúde. Mas, no hospital, descobri novos desafios. Éramos cerca de 150 residentes. Havia muita opressão e exploração em relação ao nosso trabalho. Mas a mentalidade individualista não permitia uma maior organização nossa. Instigado, acabei me tornando presidente da comissão de médicos residentes do Hospital das Clínicas. Comecei a ver que as ações educativas que tinha aprendido no trabalho comunitário popular podiam também ser aplicadas naquele contexto de doutores. Organizamos um pequeno grupo de animação. Murais, circulares e reuniões foram sendo organizadas para ampliar a participação. Mais uma vez, pude constatar a potência da Educação Popular na mobilização e fortalecimento de

movimentos sociais, mesmo aqueles de classe média. A partir de nossas conquistas, começamos a participar de espaços de gestão do hospital, onde tínhamos acesso a informações que procurávamos divulgar. O movimento foi crescendo. Muitos colegas de movimento estudantil, que me ironizavam por estar perdendo tempo com ações educativas junto a médicos considerados burgueses, se espantaram, quando, no início de 1978, eclodiu uma ruidosa greve de todos os residentes contra as relações de opressão e exploração ali dominantes. Era ainda tempo de ditadura militar, sendo essa greve considerada algo surpreendente. Antecedeu, em alguns meses, uma onda mais ampla de greves operárias puxadas pelos metalúrgicos de São Paulo, rompendo com o medo quase absoluto da repressão militar. Eu mesmo fiquei espantado com a forma com a qual ações educativas tão pequenas e marginais tinham conseguido criar aquela tão ampla e corajosa mobilização.

As mobilizações dos médicos residentes do Hospital das Clínicas animaram residentes de outros hospitais. Foi, assim, criada a Associação Mineira de Médicos Residentes (AMIMER), de cuja primeira diretoria fiz parte. Mobilizações e lutas espalharam-se para vários hospitais. Quando relembro desse processo, fico surpreso com a potência de pequenas ações ingenuamente corajosas e determinadas, como a do nosso grupo. Nunca tínhamos imaginado que nossas ações dariam frutos tão significativos. A imprevisibilidade faz parte do trabalho social.

A ida para o Nordeste brasileiro e o mergulho intenso em uma ampla experiência de educação popular

Dada a minha responsabilidade de representação dos médicos residentes do Hospital das Clínicas, passei a ter bastante contato com a equipe de nutricionistas do Hospital, que dirigiam o restaurante onde todos os residentes se alimentavam. De reclamação em reclamação, aproximei-me da nutricionista Nelsina Dias, com quem viria a me casar anos mais tarde e que foi a responsável por minha ida para o Nordeste brasileiro.

Nelsina tinha nascido em Pernambuco. Seu pai era capitão reformado do Exército; seu irmão mais velho, coronel do Exército, e outro, coronel da Aeronáutica. Eram pessoas muito sérias e éticas, mas extremamente identificadas com a Ditadura Militar. Por isso, e por ela ser uma pessoa sem maiores preocupações de engajamento político, não via muita perspectiva no namoro que se iniciara. Minha surpresa foi quando terminei a residência e comecei a me preparar para ir para algum interior ou periferia de cidade começar um trabalho comunitário de saúde. Ela disse-me que também gostaria de ir, disposta a abandonar seu estável e promissor emprego na UFMG. Mas, tinha uma exigência: que fôssemos para algum lugar do Nordeste.

A ideia tinha seus atrativos. O Nordeste vinha se destacando por muitas iniciativas de ação educativa orientada pela Educação Popular e pela Teologia da Libertação, a partir de apoio de alguns de seus bispos, nas suas dioceses. O padre Libânio logo se prontificou a ajudar. Ele era muito conhecido nacionalmente e escreveu cartas me apresentando a vários bispos progressistas do Nordeste. O medo da repressão da polícia política da Ditadura Militar

fazia com que se temessem pessoas que chegassem sem maiores referências para conhecer essas iniciativas. Assim, no início de 1978, visitamos e conhecemos muitos trabalhos maravilhosos que estavam acontecendo em dioceses de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Dentre esses conhecimentos, destacou-se a oportunidade de encontrar Dom Hélder Câmara, então arcebispo de Recife, com sua tocante áurea de simplicidade e acolhimento carinhoso. Ele encaminhou-nos para conhecer a rede de agentes comunitários de saúde que estava se formando por iniciativa da sua diocese, com grande participação do médico Paulo Dantas, pioneiro na ponte entre a educação popular e o trabalho em saúde. O Programa de Agentes Comunitários em Saúde, criado no SUS quase 15 anos depois, teve essa experiência e as suas lideranças como grande referência.

Na Paraíba, o arcebispo Dom José Maria Pires, mais conhecido como Dom Pelé por sua negritude, apresentou-nos a Dom Marcelo Cavalheiras, que dirigia o setor da diocese na região interiorana do Brejo Paraibano. Fomos muito bem acolhidos por alguns padres que nos levaram para conhecer a região. Conhecemos ainda uma estudante de medicina, Gláucia Maria de Luna Ieno, que apoiava a formação de agentes de saúde para a diocese. Ela apresentou-nos a um professor da UFPB, que vinha tentando estruturar um estágio curricular para os cursos de saúde nos novos serviços de atenção primária à saúde que começavam a ser implantados nas pequenas cidades do interior do nordeste brasileiro pelo Programa de Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), do Ministério da Saúde. Eu não o conhecia, mas ele me conhecia por minha participação no movimento de médicos residentes. Ficou muito animado com o nosso interesse de vir trabalhar na região do Brejo Paraibano – a

primeira região onde seria implantado os novos serviços do PIASS – e começou a articular a minha contratação e de Nelsina como professores da UFPB. Naquela época de grande expansão da UFPB, não era necessário concurso público. Fomos contratados como professores colaboradores após uma análise de nossos currículos. Assim, para ser militante, tornei-me professor universitário do estágio rural da Residência de Medicina Preventiva e Social e do Estágio Rural Integrado de todos os cursos da área da saúde, no último ano da graduação, uma proposta que tinha como referência a reforma curricular da UFMG. Já se expandia a proposta de integração entre o ensino universitário e os serviços de saúde. Fomos contratados para ajudar na implantação e na operacionalização da atenção básica pela Secretaria Estadual de Saúde e apoiar a integração dos estudantes nesses serviços. Nunca pensara antes em ser professor.

Por sinal, quem coordenava nacionalmente o PIASS era o sanitarista Francisco Machado, que tinha apoiado minha primeira experiência de saúde comunitária no Vale do Jequitinhonha. Os ativistas do Movimento Sanitário eram poucos na época, tornando essas coincidências mais fáceis de acontecerem. Assim, participei da primeira experiência regional orientada pelo Chicão e de sua expansão nacional. Senti-me em casa.

Em agosto de 1978, numa Brasília amarela, meu primeiro carro, fui para a Paraíba. Lembro-me do choro de mamãe na despedida. Mas ela sabia que havia um ideal por trás dessa partida. Um ideal que ela e papai tinham ajudado a construir. Na primeira noite da viagem, nosso quarto, em um hotelzinho na beira da estrada, foi invadido pela Polícia Federal. Ficamos apavorados, mas parece que era

apenas para investigar se não éramos ladrões procurados por roubo de carros. Andávamos sempre inseguros da repressão política. Tudo era feito com emoção.

Fomos morar em Guarabira, a cidade mais importante do Brejo Paraibano, com cerca de 40.000 habitantes. Integrados à equipe de gestão regional da Secretaria Estadual de Saúde, ajudamos a implantar uma rede de serviços de atenção primária à saúde em mais de 20 municípios da região, inclusive participando da formação de seus profissionais. Após a implantação desses serviços, fui trabalhar como único médico do Centro de Saúde de Pilõezinhos, uma cidade de 6000 habitantes, bem próxima de Guarabira. Pilõezinhos e todas outras cidades do Brejo passaram a ser locais de estágio rural de estudantes da UFPB. Pela manhã, era médico em Pilõezinhos e, à tarde, acompanhava as atividades da Secretaria de Saúde na região, supervisionando e apoiando os novos serviços e acompanhando os seus estudantes em estágio.

Paralelamente, começamos a atuar apoiando diversas pastorais da Igreja Católica local. Formalmente, inserimo-nos em seu Centro de Orientação dos Direitos Humanos. Essa ligação com a Igreja era escondida. As práticas educativas e de lutas pelos direitos sociais da Igreja eram toleradas pelo poder local devido ao prestígio que tinha junto à população. Mas não se tolerava que pessoas com algum poder nas instituições públicas participassem dessas atividades.

Vida dupla e jornada de trabalho dupla. Nossa militância ficava para o período da noite e para os fins de semana. Mas, as descobertas, os desafios e a convivência diversificada e rica tornavam nosso trabalho apaixonante. E éramos jovens, muito resistentes ao cansaço.

As regiões rurais do Nordeste passavam por grande transformação social. Até então, no campo, predominavam grandes e médias propriedades em que os proprietários entregavam trechos de suas terras em troca de um aluguel (arrendamento) ou pagamento de porcentagem da produção (parceria). Mas os proprietários não estavam mais querendo essa forma de relação de trabalho. Com grandes financiamentos estatais subsidiados, passaram a preferir formar pastagens ou grandes plantações de cana-de-açúcar. Começou um amplo processo de expulsão dos camponeses de suas terras, sem respeito até mesmo aos direitos estabelecidos pela legislação criada pela própria Ditadura, o Estatuto de Terra. A Igreja Católica, principalmente através de seu Centro de Orientação dos Direitos Humanos, era o único apoio à resistência contra esse processo de expulsão. Dom José Maria Pires orientava-nos: a lei é a nossa grande arma de resistência. A lei e o apoio educativo aos camponeses oprimidos com a situação. Nós do Centro de Orientação dos Direitos Humanos de Guarabira não tínhamos advogados em nossa equipe, por isso apenas orientávamos e apoiávamos a resistência. Eu fui obrigado a estudar a legislação agrária e trabalhista para exercer a função. Recebíamos apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de João Pessoa, que tinha um importante advogado. Ele era ateu. A Igreja daquela época acolheu muitos ateus que se dispunham a lutar pelos direitos sociais. Ela foi o grande guarda-chuva que apoiou militantes de todos os tipos, empenhados no fortalecimento da sociedade civil contra a Ditadura Militar e as fortes opressões políticas e econômicas existentes.

Esse trabalho junto às pastorais da Igreja foi uma grande escola dos caminhos, possibilidades e limites da

educação popular. Pude me aproximar muito do cotidiano da vida das pessoas mais simples. Ajudou muito ir morar num bairro bem simples. Essa imersão no mundo da pobreza era muito incentivada na Teologia da Libertação. Muita coisa só se conhece convivendo de forma prolongada. Como doutor, as pessoas geralmente me acolhiam inicialmente com muito respeito e cerimônia. Mas, o tempo seguia, e as pessoas iam passando a se mostrar e a falar com um vizinho quase comum. Aos poucos, isso ia nos possibilitando a aproximação com seus jeitos de compreender o mundo.

Não era muito usual na Igreja ter dois doutores da saúde metidos em suas atividades pastorais. Por sermos essa novidade, tínhamos grande abertura e carinho dos religiosos e lideranças comunitárias. Tínhamos abertura para transitar nas mais diversas iniciativas regionais. Foi muito rico.

A pobreza era imensa. Imenso também era o número de crianças que morriam por doenças facilmente tratáveis. O nível de analfabetismo era enorme. Muito sofrimento e carência, mas também muita vibração, criatividade e arte. Hoje, 40 anos depois, os jovens têm muita dificuldade de compreender e imaginar aquela situação de miséria. Nunca imaginei que, em tão poucas décadas, iria assistir a uma melhoria social tão grande.

Nesse período, lembro-me de ter conhecido um programa de rádio que mudou muito a minha vida. Dentro da Igreja havia o movimento Fé e Política, que fazia reuniões periódicas com agentes pastorais. Em uma das reuniões desse movimento, eu conheci uma irmã (religiosa) que tinha um programa de rádio no município de Garanhuns-PE. O programa tinha grande audiência e gerava grande mobilização. Como estávamos em um período de Ditadura Militar, não se podia falar nada que fosse crítico ao sistema

político e econômico dominante. Contudo, essa irmã tinha uma estratégia muito inteligente para trazer a realidade local para o programa. Ela convidava grupos comunitários para rezarem na rádio. No decorrer da reza, as pessoas falavam da sua realidade local e faziam pequenos comentários. Ninguém podia reprimir as pessoas por estarem rezando.

Em 1979, foi criada a "Rádio Cultura de Guarabira". Tivemos a ideia de aproveitar este espaço e iniciar um programa de rádio. Criamos um programa oficial da Secretaria Estadual de Saúde, "A hora da saúde", em que o trabalho desenvolvido por meio da Diocese articulava-se de forma velada. Como havia uma grande censura a posicionamentos e análises críticas, começamos incentivando os moradores da região a nos enviarem cartas com seus problemas, dilemas e iniciativas. Aproveitávamos nossas visitas pastorais para gravar depoimentos e situações-problemas que eram trazidos para o programa. Os depoimentos, cartas e questões eram tão sinceros e peculiares que geravam uma grande abertura. As situações concretas vividas pela população carregam uma dimensão crítica imensa ao discurso usual entre as pessoas da elite. Não precisávamos falar e posicionarmo-nos muito; bastava trazer essa realidade popular, tão cheia de dramas, curiosidades e engenhosidades, para as ondas de rádio. Fazíamos isso orientados pela educação popular. Muito mais importante que fazer discursos críticos bem elaborados é deixar as pessoas e grupos, usualmente silenciados, trazerem sua voz, realidade e reflexões para a discussão pública, tornando-se protagonistas no debate social.

O programa logo se tornou um grande sucesso. Hoje há muitos meios de comunicação disputando a audiência, até mesmo nas regiões rurais. Mas, na época, aquela era a única rádio bem captada na região. A única que trazia

a realidade e os gostos musicais locais. Ao terminar o programa, já começávamos a ser abordados pelas pessoas que encontrávamos. Os dilemas e problemas de saúde são muito reveladores da intimidade da população. Trazê-los para a rádio, mesmo de forma respeitosa, gerou grande reboiço. O sucesso facilitou muito nosso acesso à realidade de cada município: passamos a receber muitos convites para visitas e muitas cartas cheias de coragem para explicitarem problemas delicados. Nossas posições dentro da Secretaria de Saúde ficaram fortalecidas, pois criamos um canal de comunicação muito forte com a população. Profissionais de saúde começaram a aproveitar o canal para comunicarem suas iniciativas e dificuldades.

Em todos os lugares em que eu e Nelsina chegávamos, as pessoas logo nos reconheciam pela voz. Meu sotaque mineiro facilitava muito essa identificação. Tornamo-nos ídolos. Éramos conhecidos como o “Dr. Saúde e a Dra. Saúde”, os nomes que assumíamos na rádio. Optamos por não colocar nossos nomes próprios para não gerar suspeitas de que estávamos querendo nos promover pessoalmente, nem despertar o desejo de outros profissionais de saúde em participarem como estratégia de propaganda de seus nomes.

Todo esse reconhecimento começou a interferir em nosso trabalho pelo Centro de Orientação dos Direitos Humanos. Quando íamos nas suas reuniões nos povoados rurais para discutir as questões ligadas ao trabalho e à terra, logo que os moradores nos reconheciam, o assunto terminava indo para as questões da saúde. Isso começou a gerar um certo mal-estar no restante da equipe, que ficava em segundo plano. E os temas ligados à questão agrária

e às relações trabalhistas eram considerados muito mais prioritários por eles.

Não imaginávamos que o tema da saúde fosse assim tão mobilizador. Nem a esquerda brasileira sabia disso, priorizando sempre as questões ligadas à produção econômica. Esse aprendizado expandiu mais ainda quando começamos a participar, em 1980, da mobilização que iria gerar o Movimento Popular de Saúde (MOPS), que articulava experiências de saúde comunitárias de todo o Brasil. Aprendemos muito com esse convívio e com as reflexões que aconteciam em seus encontros nacionais e estaduais, financiados por entidades europeias de apoio ao desenvolvimento social de países mais pobres. O MOPS da Paraíba foi organizado, e eu fui o seu primeiro coordenador. No MOPS, predominavam experiências de trabalhos em saúde organizados a partir de entidades e movimentos da sociedade civil, principalmente da Igreja Católica. Por dentro das instituições públicas, naquela época de Ditadura, não havia espaço para iniciativas mais ousadas de promoção e participação popular. O MOPS foi um canal muito importante de expressão política da luta popular por saúde, que já começara muitos anos antes por meio de inúmeras e dispersas experiências locais. Foi a face popular mais evidente do Movimento Sanitário que tomou a frente da reforma do sistema de saúde.

As atividades da Igreja na região do Brejo, apesar de ter um bispo próprio, Dom Marcelo, estavam sob a responsabilidade da Arquidiocese da Paraíba, sediada em João Pessoa. Com o seu crescimento, em 1982, tornou-se uma Diocese autônoma. Para comemorar essa passagem, foi organizada uma grande cerimônia festiva. Dom Marcelo convidou a mim e a Nelsina para representar os casais cristãos

da diocese na cerimônia. Milhares de pessoas na praça na frente da igreja matriz de Guarabira, com um grande palanque para as autoridades civis e militares da região e do Estado, assistiram quando o locutor nos apresentou: Eymard e Nelsina, membros do Centro de Orientação dos Direitos Humanos. O que escondemos por quatro anos do grande público, em um instante, foi revelado. Poucos dias depois, chegou a ordem do Reitor da UFPB, transferindo-nos para João Pessoa. Ficamos sabendo depois que políticos locais articularam com o Governador do Estado para pressionar o Reitor para a nossa remoção da região. Houve muita mobilização das comunidades, mas fomos transferidos. Não insistimos muito na resistência, pois sabíamos que a repressão por mecanismos políticos e administrativos podia facilmente se transformar em ações violentas. Estávamos em uma Ditadura Militar.

Assim, em 1982, passei a ser um professor normal, assumindo disciplinas em sala de aula, no campus de João Pessoa.

De um educador comunitário para um sistematizador de conhecimentos provenientes das experiências de educação popular em saúde em diálogo com as teorias pedagógicas

Todo esse processo de repressão e mudança mobilizou-me muito. Fiquei muito pesaroso. Ser professor universitário normal é algo muito digno, mas não era esse o plano que tinha feito para minha vida. Resolvi investir na realização de um mestrado, que nos permitiria afastarmo-nos por um tempo. Fiquei sabendo que o Mestrado em Educação da UFPB vinha valorizando estudantes que tinham práticas

sociais emancipadoras. Eu e Nelsina fizemos a seleção e fomos admitidos. Pela receptividade dos professores, vimos que nossa experiência no Brejo tinha sido algo muito especial.

Em 1983, iniciamos o mestrado, em que tivemos a honra de ser orientados por Miguel Arroyo, um grande educador com muitas reflexões e práticas de educação popular. Esse mestrado na UFMG foi algo muito importante para mim, pois me permitiu compreender mais profundamente o tipo de práticas sociais em que me envolvi. Fui apresentado a teorias já bem consolidadas sobre esse fazer educativo. Vi que os desafios e questões que meus companheiros enfrentavam já eram motivo de reflexões e teorias de antigos teóricos da educação. Essas teorias permitiam-nos ver elementos mais gerais que ligavam as situações e experiências particulares que pareciam ser próprias apenas daqueles contextos e iniciativas.

No mestrado, cursei disciplinas maravilhosas que valorizavam muito a prática social dos estudantes. Também pude fazer disciplinas de Ciências Humanas e Ciências Sociais. Fui introduzido no Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, onde passei a conviver com grandes autores da pedagogia. E, como o meu orientador, nessa época, tinha em torno de uns 17 orientandos e não dava muita conta de ler tudo que escrevíamos, resolvemos formar um grupo composto pelos orientandos dele. O Mestrado incentivava a formação desses grupos de alunos com propostas comuns. Aprendi a pesquisar e produzir conhecimento em grupo.

Antes do mestrado, eu tinha escrito um pequeno artigo sobre minha experiência como médico de Pilõezinhos (O papel do médico em um serviço de atenção primária: reflexões), que foi publicado em duas revistas de divulgação

(Contact, em 1982, e Medico Moderno, em 1983). Esse artigo teve grande repercussão entre profissionais de saúde que estavam atuando ou queriam começar a trabalhar em saúde comunitária. Vi que havia uma carência muito grande de textos que orientassem os profissionais interessados em uma atuação social. Resolvi aproveitar o tempo de mestrado para escrever um livro para esses profissionais, nessa perspectiva. Quando mostrei os textos iniciais para os colegas, eles gostaram e sugeriram que essa fosse a minha dissertação de mestrado. Deixei o meu projeto inicial de pesquisa mais tradicional de lado e passei a me dedicar a essa proposta. Assim nasceu meu primeiro livro "A medicina e o pobre" (Paulinas, 1987), onde conto e analiso as diversas dimensões de meu trabalho no Brejo.

Essa minha experiência lá tinha sido uma entre dezenas de outras que aconteceram nos mais diversos recantos do Brasil. Algumas delas eram muito mais consistentes e avançadas. Mas seus autores não tinham tempo e apoio acadêmico para sistematizar e refletir sobre elas, como eu, professor universitário liberado totalmente para fazer um mestrado, tinha. Por isso, esse livro teve também uma grande repercussão. Hoje existem muitos livros e artigos sobre atenção primária à saúde na perspectiva da saúde coletiva. Naquela época, só existiam pequenos textos com pouca profundidade reflexiva. Por isso, ele foi importante. Foi pioneiro.

Ainda durante o mestrado, fui chamado para participar de uma reunião bem ampla entre protagonistas de outras experiências de saúde comunitária, acontecida no interior de São Paulo. Fui percebendo que as questões, desafios e dificuldades eram bastante comuns entre elas. Já com a minha dissertação de mestrado bem avançada,

resolvi aproveitar minha disponibilidade para, durante as férias de verão, escrever um livro, não focado na análise de uma experiência, mas com pequenos capítulos que abordassem, de forma geral, cada uma das dificuldades e possibilidades do trabalho em saúde comunitária. Tive facilidade para escrevê-lo porque, no mestrado, tinha sido introduzido às reflexões mais gerais sobre educação popular que me apoiavam para fazer afirmações mais genéricas. Assim, nasceu o livro “Educação Popular nos Serviços de Saúde” (Hucitec, 1988). Foi o meu livro mais vendido, chegando até à quarta edição. Pela primeira vez, o conceito “educação popular” foi associado ao trabalho em saúde em uma publicação. Naquela época, quase todas as experiências eram orientadas informalmente pela educação popular, mas isso não era percebido e explicitado. Assim, esse livro marca o início do termo “educação popular em saúde”.

A produção desses dois livros, as suas repercussões e as demandas que eles provocaram tiveram um efeito de mudar o foco de minhas preocupações pedagógicas. Antes, eu me preocupava com os desafios do trabalho educativo em saúde para o público popular. Aos poucos fui percebendo que meu foco tinha mudado: passei a pensar, estudar e produzir voltado para aspectos da educação de profissionais de saúde interessados em aperfeiçoar suas atuações em saúde comunitária.

Em decorrência de ter sido expulso do Brejo paraibano por causa da repressão, eu fui empurrado para o mestrado, o que me abriu uma porta de oportunidades que eu nunca pensava que fosse existir. Na área da saúde, quase nenhum dos militantes do movimento comunitário da saúde daquela

época foi fazer mestrado. Dessa maneira, eu pude trazer um pouco desse arcabouço teórico para o campo.

Sempre que olho para minha história, impressiono-me com a produtividade de coisas que surgiram totalmente fora e até contrariando os melhores planejamentos feitos. Por isso, como cristão, gosto muito da frase de Jesus: cuide do Reino e o resto vem por acréscimo.

Quase tudo sobre o que escrevi não foi invenção minha. Muitos, antes de mim e junto comigo, já faziam o que analisei, algumas vezes de forma muito mais audaciosa e criativa que eu. Posso assim dizer que a minha principal contribuição para o campo da educação popular em saúde foi a sistematização teórica das centenas de experiências e iniciativas do campo que conheci. Minha condição de professor, profissão que nunca planejei ser, criou condições para isso. Tenho também uma mente com facilidade de raciocínio abstrato que me ajudou muito. Meu pioneirismo nesse campo foi, assim, o da sistematização teórica e divulgação dessas reflexões. Entre escrever um texto e transformá-lo em um livro agradável para ser amplamente adquirido há muito trabalho. Exige disponibilidade e muitas horas de trabalho, em geral solitário. Além disso, sempre me dediquei muito à divulgação de meus livros. Para muitos intelectuais, dedicar-se à divulgação e venda de seus livros não é algo digno. Como educador apaixonado, sentia que isso fazia também parte de meu trabalho.

As iniciativas de educação popular em saúde, em cada lugar, acontecem de um jeito próprio. No entanto, há um corpo teórico por trás. Quando não se percebe essa teoria comum, fica-se dividido, cada um apegado às suas criações locais e às diferenças com os colegas. Então, minha contribuição de explicitar esse corpo teórico comum,

anterior a cada uma das experiências, foi importante para criar o movimento nacional de educação popular em saúde. Quando as pessoas percebem essa base teórica comum mais geral atravessando suas experiências particulares, passam a ter mais facilidade para dialogar e unirem forças.

O movimento nacional de educação popular em saúde começou a ganhar organicidade em 1991 com a criação da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde, que, em 1997, se transformaria em Rede de Educação Popular e Saúde. Em 1990, houve, no Rio de Janeiro, um congresso sobre educação em saúde de todas as Américas, promovido pela União Internacional de Educação em Saúde. Era um congresso bem pomposo em que predominava palestras e trabalhos no estilo mais tradicional da educação em saúde: análise de impacto estatisticamente medidos de diferentes abordagens e práticas educativas. Muitos dos educadores brasileiros presentes começaram a se incomodar, pois aquelas discussões não refletiam suas práticas e preocupações.

Eu, como caixeiro viajante de meus livros, montei minha banquinha para divulgá-los e vendê-los. Em torno de minha banquinha, essas insatisfações começaram a ser explicitadas. Marcamos duas reuniões para ver o que podíamos fazer. Sentimos que a experiência brasileira, bastante marcada pela educação popular, estava carecendo de espaços organizativos para ser discutida. Nessa época, o Partido dos Trabalhadores tinha ganhado a eleição municipal na cidade de São Paulo. Uma educadora de lá prontificou-se a tentar conseguir apoio para organizar um encontro nacional de educação popular em saúde. E ele, depois de muitas negociações, aconteceu lá em 1991. Nesse encontro, foi criada a Articulação Nacional de Educação Popular em

Saúde, e eu fui escolhido para coordenar a sua comissão organizadora.

Nessa época, a Ditadura Militar já tinha terminado, o SUS já tinha sido criado, e as práticas de saúde comunitária deixaram de acontecer prioritariamente nas organizações da sociedade civil, para passarem a ser realizadas, principalmente, nos serviços públicos de saúde. Havia, assim, muitos novos desafios. Como praticar educação popular em saúde, que fora aprendida como algo realizado fora das instituições oficiais e até como algo subversivo, dentro do aparelho estatal? Que novos aprendizados eram necessários? Havia muitas buscas no ar que motivavam o fortalecimento do movimento que surgia. Diferentemente do MOPS, o principal público articulado pela Rede tem sido de trabalhadores dos serviços públicos de saúde entusiasmados com o potencial de a educação popular reorientar as práticas de cuidado. Sua luta tem sido muito no sentido de tornar o SUS mais participativo, equitativo e contributivo para a emancipação humana.

Aproximação da extensão universitária e o aprendizado do gosto de ser professor

Quando eu estava no Brejo paraibano, se alguns estudantes quisessem, podiam acompanhar a mim e a Nelsina nas reuniões da Diocese. No entanto, isso era algo raríssimo. A grande maioria dos estudantes não tinha esse interesse. Ou tinha medo. Nós mesmos não tínhamos muita liberdade para conversar com a maioria dos estudantes sobre nossos trabalhos comunitários.

Quando voltei do mestrado para a UFPB, no ano de 1986, tive uma grande e grata surpresa ao encontrar um

amplo projeto de extensão coordenado por estudantes de medicina ligados ao Centro Acadêmico. Participavam também estudantes de vários outros cursos da saúde. O NAC (Núcleo de Atuação Comunitária) era uma ação do movimento estudantil da saúde bem autônomo, pois nem era registrado na administração universitária. Atuavam em uma área de ocupação popular, no bairro dos Ipês, para onde iam todos os sábados pela manhã, acompanhando seus moradores e a organização comunitária em estruturação. A Ditadura Militar tinha terminado, criando um clima de maior liberdade para iniciativas críticas amplas e abertas.

Por minha história e interesse, fui convidado para participar. Entrei em um projeto que já existia antes de mim e era coordenado por estudantes muito ativos e altivos. Meu papel como professor era apoiar naquilo que eles diziam que eu podia colaborar. Se tivesse sido uma criação minha, eu naturalmente iria assumir uma posição mais diretiva. Mas eles não deixavam eu fazer isso. Eles permitiram-me aprender um novo lugar de ser professor: trabalhar pedagogicamente a serviço de suas demandas e suas buscas. Eles foram os grandes mestres de um jeito freiriano de ser professor. Na relação com as comunidades, já adotava essa estratégia, orientado pela educação popular. Mas tendia a ser diretivo na relação com os estudantes. E como esse jeito freiriano se mostrou potente! E muito mais gratificante para mim, professor, pois passei a ser amigo e parceiro dos estudantes. Minha vida como professor universitário ganhou gosto e cor.

Ficava encantado com o desenvolvimento dos estudantes envolvidos. O grupo cresceu e passou a ter um papel central do movimento de reorientação dos currículos dos cursos de saúde. Do grupo, saiu a chapa que assumiu a direção do Diretório Central dos Estudantes da UFPB. Foi

impressionante como esse projeto cresceu. Foi a partir dele que surgiram as primeiras iniciativas de questionamento dos currículos da área da saúde na UFPB, através dos estudantes participantes. A metodologia da educação popular podia ser aplicada na relação entre docentes e estudantes universitário com grande sucesso.

Como em muitos outros momentos centrais de minha vida profissional, os aprendizados mais importantes vieram na prática social em que eu me envolvia com garra. As leituras e estudos tiveram mais um papel de apoio. É preciso ir trabalhar e militar com a atitude de aprendiz.

Investindo no desafio de pensar os caminhos da educação popular nos serviços públicos

Seis anos haviam se passado desde o fim do mestrado. Meus dois livros abriram possibilidades crescentes de uma atuação mais nacional. Muitos professores investem nas publicações como um instrumento de progressão na carreira. Mas elas podem ter outra perspectiva, a de uma atuação para além de nossos contatos pessoais e institucionais locais. Criam demandas, provocam parcerias e nos abrem para novos aprendizados.

Na minha convivência com educadores de outros estados, comecei a perceber que estávamos vivendo um novo desafio: como atuar, na perspectiva da educação popular, dentro dos serviços que começavam a se expandir a partir do SUS. O saber maior da educação popular em saúde, até o processo de democratização, era sobre a atuação em movimentos e organizações da sociedade civil. Muitos militantes dessas experiências comunitárias fora do aparelho estatal, com a criação do SUS, passaram a priorizar

o espaço de gestão: a criação do arcabouço político, legal e administrativo do novo sistema de saúde. Houve um grande decréscimo de profissionais investindo em ações educativas nos serviços locais de saúde. Mas, os que continuaram atuando, agora nos serviços do SUS, começaram a ver a potência dessas práticas na reorientação geral dos serviços. Não eram práticas isoladas nos serviços, pois ampliavam a participação da população na reorientação de toda a rotina do serviço. Mas encontravam muitas dúvidas sobre como conduzir a educação popular nos serviços oficiais.

Eu tinha gostado muito da experiência do mestrado na UFMG e resolvi fazer um doutorado para estudar esses novos desafios. Assim, em 1992, comecei o doutorado em Medicina Tropical da UFMG, onde tinha a referência de um antigo professor de doenças infecciosas, João Carlos Pinto Dias, que sempre tentou associar o enfrentamento das doenças com a busca de reconstrução da nação.

Nós, professores universitários federais, temos o privilégio de, periodicamente, podermos nos afastar das atividades rotineiras para estudar com toda a dedicação. Eu aproveitei muito a oportunidade. Fiz disciplinas na medicina, saúde pública, educação, ciências políticas, sociologia e até teologia. Como no mestrado, pude alargar muito meu campo de conhecimentos.

Como campo de pesquisa, eu inseri-me num serviço de atenção primária à saúde da periferia de Belo Horizonte, que tinha muitas atividades educativas. Belo Horizonte estava vivendo uma situação política muito propícia aos objetivos de minha pesquisa, pois o Partido dos Trabalhadores tinha assumido a prefeitura, e o discurso oficial da gestão municipal era de valorização da participação popular. Era um discurso que muitas vezes não correspondia ao que acontecia nos

serviços, mas muito representativo do avanço do processo de democratização do país.

Nesse Centro de Saúde, a prática educativa mais importante era com as inúmeras mães das crianças desnutridas da região. Alimentos eram distribuídos mensalmente, ocasião em que eram feitas reuniões educativas. Os coordenadores estavam desanimados com a falta de interesse dos participantes nas palestras feitas e, por isso, abriram amplamente para a minha participação. A educação popular começou pela estratégia de produzir vídeos com depoimentos desses familiares sobre a situação concreta que viviam. Esses vídeos foram disparadores de discussões sobre a desnutrição e outros temas, a partir da realidade concreta deles, valorizando suas visões e iniciativas. O interesse explodiu. Começaram a vir à tona situações e reflexões que a equipe de saúde nem imaginava. Profissionais não ligados à atividade vinham também assistir, e o assunto passou a ser conversa frequente da equipe. A ação educativa deixou de ser dirigida pelas verdades que os profissionais julgavam precisar divulgar para acontecer a partir dos saberes e iniciativas da população.

A equipe percebeu como desconhecia a realidade daquelas mães. Começou a programar visitas a todas as famílias com crianças desnutridas graves. A partir das visitas, descobriu-se que a presença e o acompanhamento dos profissionais a essas famílias conseguiam ter o efeito de muitas mudanças significativas. O Programa Saúde da Família estava se iniciando no Brasil, mas Belo Horizonte não tinha ainda optado por sua implantação. Os resultados dessa pesquisa-ação estão no livro "Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família", atualmente em sua 6ª edição (Hucitec, 2015), que discute as possibilidades,

estratégias e dificuldades de ações de educação popular em serviços de atenção primária à saúde pela valorização do acompanhamento familiar.

A minha mais importante atividade docente: o Projeto de Extensão Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família

Quando eu voltei do doutorado, em 1996, fui procurado por um grupo de estudantes querendo formar um grupo de discussão sobre educação popular em saúde, que passou a se reunir semanalmente. Um dos estudantes, Alexandre Medeiros, mobilizou colegas de sua turma para iniciar um trabalho de saúde em comunidade e eles me procuraram. Nessa época, eu já estava acompanhando uma turma de residentes de medicina preventiva e social no Centro de Saúde do Grotão. Eles tinham começado a acompanhar famílias vivendo situações especiais de vulnerabilidade. Cada residente acompanhava uma agente comunitária de saúde. Eles e as agentes estavam encantados com a riqueza dessas visitas. Mas uma agente ficou sem residente para sua área. Ela, a Neide, reclamou. Assim, quando a turma de estudantes me procurou, tive a ideia de levá-los para a região visitada por Neide. Assim, começaram as visitas de estudantes à favela Maria de Nazaré, na época pertencente à área de abrangência do Centro de Saúde do Grotão. Neide foi apresentando as famílias com maior vulnerabilidade e abertas para as visitas, e eu fui acompanhando para ir discutindo dificuldades e situações especiais. Assim, em 1997, começou informalmente o que viria a ser o Projeto de Extensão Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família (PEPASF). Foi a minha mais

importante experiência docente na UFPB. Participei desse projeto por 17 anos. Ele mudou minha vida profissional e pessoal.

Ao grupo inicial, foram se juntando estudantes e professores de outros cursos, inclusive cursos não considerados da área de saúde, como direito, arquitetura, sociologia, educação artística, comunicação etc. Chegamos a ter turmas com mais de 100 estudantes. Alguns permaneciam durante quase todo o curso de graduação no Projeto.

Orientados pelo aprendizado ocorrido no NAC, nós professores procurávamos mais ser os apoiadores dos estudantes no contato com a comunidade, na busca de soluções para os imprevisíveis e, muitas vezes, graves problemas com que se defrontavam, na organização de espaços de troca de experiência, estudo e definição coletiva de encaminhamentos e na solução de problemas de relacionamento entre eles. Educadores a serviço da busca de ser mais presentes nos estudantes. Companheiros na busca de construção coletiva de soluções para as situações vividas. Isso gerava um protagonismo muito grande dos estudantes. E muita animação. Eles gostam de espaços em que seus pensamentos, propostas e iniciativas são valorizados. Por isso, era um grupo alegre e cheio de amizades. Nós professores experimentamos, no Projeto, um tipo completamente diferente de relação com os estudantes. Festas, passeios, oficinas de convivência de vários dias, namoros, enfrentamentos e casamentos aconteceram.

Fomos descobrindo a importância de investir tempo e discussões na questão das dificuldades e possibilidades do vínculo do estudante com a comunidade. É esse vínculo, que não é natural nem automático, mas construído gradativamente, enfrentando suas contradições, que faz

o estudante descobrir e fascinar com seu trabalho de transformação da realidade. A partir desse vínculo, surge um compromisso que motiva e dá sentido para estudos, criações e envolvimento com os desafios da construção política de uma nova realidade sanitária.

Muitos projetos de extensão orientados pela educação não investem nesse protagonismo estudantil. Docentes muito experientes em educação popular tendem a aplicar sua metodologia apenas na relação com a comunidade e colocam os estudantes para executar o que acham mais correto. Não aplicam a metodologia da educação popular na relação com os estudantes. Por não fazermos assim, nosso projeto parecia, para muitas pessoas, que se aproximavam, como algo desorganizado. No entanto, na minha visão, era uma desorganização produtiva, com uma proposta pedagógica embutida nesse processo. Em um primeiro momento, poderia parecer, quem sabe, uma anarquia, mas, na verdade, era algo planejado; na verdade, essa bagunça era devido à nossa confiança no processo em que o papel do professor era o de manutenção desse coletivo de discussão. Para ser franco, nem tudo foi assim tão planejado. Eu sou mesmo pouco organizado e tenho dificuldade em administrar com rigor processos com muitas pessoas envolvidas, mas, ao ver que isso era produtivo, relaxei. Dentre os outros professores que se envolveram no Projeto, alguns eram mais organizados. Ficávamos, no entanto, sempre discutindo até que ponto a organização não podia tirar espaço do protagonismo estudantil, que é pouco planejável.

No PEPASF, descobrimos que o acompanhamento às famílias em comunidades era não apenas uma estratégia importante de atenção à saúde, mas também uma

estratégia rica de inserção e relacionamento mais profundo dos estudantes com as comunidades populares. As famílias são acolhedoras aos estudantes, e, nelas, a intimidade e o modo de viver do mundo popular são revelados. Fomos percebendo que, a partir da inserção nas famílias, os estudantes iam ganhando gosto e habilidade para se envolverem nas questões mais coletivas da comunidade e no enfrentamento de dificuldades de relacionamento com os serviços de saúde. Essa descoberta espalhou-se para muitas outras experiências docentes do Brasil. Recebíamos sempre visitas de estudantes e professores de outras universidades.

A partir da experiência do PEPASF, outras iniciativas de extensão orientadas pela educação popular foram crescendo e se multiplicando na UFPB, que passou a ser reconhecida nacionalmente pela força e animação de seus projetos de extensão. A Associação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) foi construída com participação importante do grupo da UFPB.

Posteriormente, muitas disciplinas regulares de cursos de graduação em saúde da UFPB também começaram a incorporar esse aprendizado pedagógico em suas metodologias. A mudança mais importante nesse sentido foi a reforma curricular do Curso de Medicina da UFPB, que foi muito influenciada por estudantes do PEPASF, criando várias disciplinas inspiradas em sua metodologia.

O Projeto também foi a base para criação do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde da UFPB, que aglutinou muitos docentes e estudantes dedicados à pesquisa, articulados pela extensão. Esse grupo foi fonte de muitas publicações sobre a educação popular no ensino universitário, inclusive o livro “Educação Popular na Formação Universitária: reflexões com base em uma

experiência" (Hucitec, 2015, 2ed.), que analisa a história e aprendizados ocorridos no PEPASF.

O fato de termos na UFPB um Programa de Pós-Graduação em Educação, que valoriza muito a educação popular, do qual fui orientador de 1998 a 2016, foi muito importante para a consolidação de nosso Grupo de Pesquisa. Muitos docentes que se envolveram no Projeto puderam fazer seus mestrados e doutorados sobre temas ali instigados, evitando que precisassem dar seguimento às suas progressões na carreira acadêmica em outras direções. O predomínio de cursos de mestrado e doutorado da saúde em campos mais tecnológicos ou voltados para aspectos mais quantitativos da saúde coletiva tem feito com que muitos professores, envolvidos com práticas comunitárias em saúde, acabem redirecionando sua carreira para temas diferentes, mais fáceis de acolhimento. A pós-graduação é um importante aliado para consolidação de docentes dedicados a um tema pioneiro.

O grupo bem unido de professores dedicado à extensão popular em saúde ajudou muito a consolidar seus projetos. Há períodos em que surgem lideranças estudantis com grande capacidade de mobilização e que animam muito os projetos, mas eles são transitórios na instituição. A continuidade e estabilidade dos projetos de extensão dependem muito da presença de professores que investem no trabalho coletivo. Por isso, foi muito importante investir na criação de espaços próprios para nosso grupo de professores elaborarem suas diferenças e dificuldades de relacionamento. O cuidado com as relações humanas na universidade usualmente é menosprezado, pois a energia maior é dedicada à expansão de cada carreira acadêmica individual. Alguns dos nossos professores, em

particular, investiram muito nessa dimensão do trabalho docente, tornando muito prazeroso o nosso trabalho. Tanto assim que, muitos anos depois de me aposentar, continuo motivado a trabalhar com eles. Aposentei-me em 2009, trabalhei ainda formalmente ligado à UFPB como professor voluntário (categoria regulamentada juridicamente da carreira docente) até 2016 e continuo até hoje participando informalmente de várias atividades acadêmicas com muito empenho e gosto.

Hoje, a partir de toda essa vivência, estamos desafiados à tarefa teórica de explicitar mais claramente os caminhos de uma pedagogia universitária freiriana. Temos produzido muitos livros sobre dimensões desse tema.

Tenho buscado descobrir o melhor jeito de contribuir socialmente nessa nova situação de aposentado. Casei-me novamente e, com 65 anos, tenho mais dois filhos, de 2 e 5 anos, o que já me demanda bastante. Sinto que meu papel agora não é tomar a frente, com ardor, de novos projetos, mas de apoiar iniciativas de educação popular em saúde de outras pessoas que ajudei a disparar. O que antes era iniciativa minha e de poucas pessoas, agora é um conjunto bem amplo de frentes de trabalho que, inclusive, têm divergências com o que fiz e pensei. Essa frente ampla é minha família profissional. Uma família amiga, mas também brigona. Sinto que tenho um papel de cuidado em relação a ela. Por ser o mais antigo e ter ainda algum respeito, é demandado de mim um papel de mediação diante de alguns atritos e articulação. Um papel de apoio pontual aqui e ali. Tenho especial interesse em apoiar iniciativas de estudo e de valorização do tema da espiritualidade e da amorosidade em saúde e de apoiar a melhor explicitação teórica do que seria a pedagogia universitária freiriana.

O que vem a ser a Educação Popular

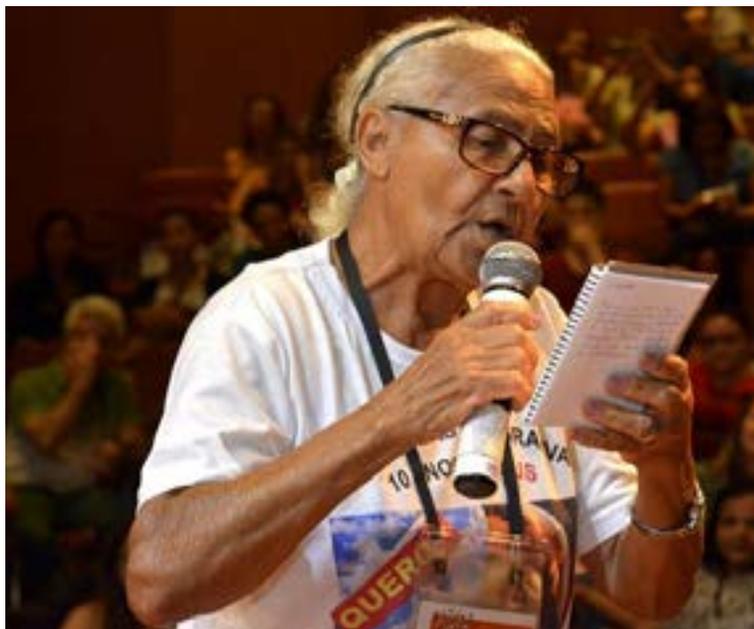
Eu meu convívio com educadores populares renomados na ANPED, notava que não era uma prioridade para eles a busca de uma definição clara e precisa do que é educação popular. Acho que viam a educação popular como um movimento social e teórico que ia se adaptando às conjunturas históricas do momento e se transformando. Há elementos centrais da identidade da educação popular, mas eles articulam-se de formas diferentes em diferentes momentos e em diferentes grupos. A teorização sobre o conceito educação popular é importante para evitar usos indevidos e para criar uma referência para pessoas que querem se aperfeiçoar. Mas isso precisa ser feito de uma forma inclusiva e com investimento na busca da compreensão de situações diferenciadas.

A educação popular é uma teoria e uma prática pedagógica que surgiu na América Latina em meados do século XX, com grande participação de Paulo Freire como um pioneiro de sua sistematização, mas que está também muito marcada por uma atitude pessoal do educador.

Eu particularmente gosto de dizer que se reconhece o educador popular pelo cheiro. Entre os elementos que precisam estar presentes na essência desse “cheiro” está a atitude de gostar do diálogo, de ter curiosidade para estar sempre buscando compreender mais profundamente a realidade, de investir na escuta das pessoas (principalmente as que costumam estar silenciadas e marginalizadas) e dos movimentos sociais para avançar nessa compreensão, de ter um compromisso e uma solidariedade com os que sofrem, de valorizar e de se integrar em iniciativas e lutas feitas por coletivos e de ter um jeito amoroso de se relacionar com

as pessoas. Nenhum educador popular está sempre sendo assim, pois somos seres contraditórios. Precisamos ter também compaixão com os nossos próprios limites e com os de nossos companheiros. Mas, há muitos entendidos e estudiosos da teoria da educação popular que não têm esse cheiro da educação popular, pois têm atitudes soberbas e autoritárias. Há muitas pessoas e grupos comprometidos politicamente com as classes populares que também não são educadores populares, pois o fazem de um modo vertical e vanguardista, desvalorizando saberes e iniciativas diferentes daquelas que acreditam ser corretas.

PALMIRA SÉRGIO LOPES



PALMIRA SÉRGIO LOPES⁵

O presente texto teve sua construção possibilitada por uma pesquisa cuja busca esteve em reconstruir a história de Palmira Sergio Lopes⁶, a partir da sua narrativa e da sistematização de alguns de seus saberes e práticas.

Ela é uma referência dentre os protagonistas das práticas populares de saúde, de Educação Popular (EP) e dos movimentos sociais no estado da Paraíba. É coordenadora do Movimento Popular de Saúde da Paraíba (MOPS-PB) desde a década de 1980, um movimento de abrangência nacional que, historicamente, contribuiu com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) no país durante a Reforma Sanitária e participa da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) desde 2010.

Historicamente, Dona Palmira atuou junto aos movimentos de luta pela terra, movimentos católicos, movimentos de mulheres, pastoral da criança, dentre outras participações políticas e sociais a níveis locais e nacionais.

5 Texto organizado por Íris de Souza Abílio e por Pedro José Santos Carneiro Cruz, membros do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da Universidade Federal da Paraíba. Fonte da imagem: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/diverso-e-unificado-movimento-sanitario-realiza-ato-pelo-sus-e-pela-democracia-em-cuiaba/20998/>

6 Palmira Sérgio Lopes é conhecida pelo seu trabalho em diferentes regiões do Brasil como "Dona Palmira". Desse modo, no decorrer do estudo, ela será citada dessa forma.

Ao reconstituir a história de Dona Palmira, esperamos propiciar uma contribuição em desvelar sentidos da Educação Popular e das práticas populares para o cuidado em saúde pautado pelos princípios da integralidade, da equidade, do acesso, da participação e da construção dialogada do conhecimento. Isso torna-se ainda mais contundente considerando o contexto de vigência das duas políticas públicas, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)⁷ e a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)⁸, onde se prevê de forma destacada a participação protagônica de sujeitos das classes populares, seus grupos, práticas e saberes no campo da saúde e nas ações do SUS.

Espera-se que sejam evidenciadas algumas contribuições, conhecimentos e perspectivas no sentido de trazer caminhos relevantes para implementação dessas políticas, de forma coerente com a construção respeitosa e valorativa dos saberes populares, que devem integrar à construção das ações em saúde.

Contextualização

Nascida no interior da Paraíba, Dona Palmira foi criada por sua avó em um período em que médico era considerado um privilégio apenas para ricos. Os pobres curavam-se, predominantemente, através do saber ancestral da utilização das plantas medicinais. Foi assim que se deu a sua criação, e, até hoje, ela cria seus filhos e netos e serve

7 Portaria Nº 971, DE 03 DE MAIO DE 2006.

8 Portaria Nº 2.761, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.

à comunidade em que reside, com os conhecimentos que adquiriu sobre “a farmácia viva que Deus deixou ao alcance do povo sofredor”, nas suas palavras.

Com esses conhecimentos, Dona Palmira, até hoje, fabrica medicamentos fitoterápicos, os quais disponibiliza para toda a sua comunidade e município, além de promover oficinas e cursos de formação onde socializa esses conhecimentos de forma gratuita a fim de manter viva essa tradição.

Um dos maiores patrimônios culturais de um povo consiste nas práticas populares de saúde. O uso de plantas medicinais na arte de curar é uma forma de tratamento de origens muito antigas, relacionada aos primórdios da medicina e fundamentada no acúmulo de informações por sucessivas gerações.

A crença popular no poder curativo das plantas tem influência direta das práticas populares dos curandeiros, raizeiros, parteiras, bem como da tradição oral que, perante o reconhecimento de sua legitimidade, continua difundindo esse cuidado terapêutico em nossa sociedade.

Mesmo com o avanço do saber biomédico e alopático, a fitoterapia é uma prática muito viva em algumas comunidades, tanto por ser um método natural de tratar da saúde que agrega vários benefícios, quanto por se caracterizar em determinadas realidades como a alternativa viável para manutenção da saúde, levando em consideração as restrições socioeconômicas, o meio e seu povo.

Contudo, a continuidade e sobrevivência dessa prática têm perdido cada vez mais espaço e valorização devido à intervenção de alguns aspectos como: a maior facilidade de acesso aos serviços da medicina moderna; o deslocamento

da população rural para as cidades, onde deparam-se com uma nova dinâmica de vida e habitações cada vez menores, dificultando a prática da agricultura e cultivo das plantas; bem como a desvalorização do conhecimento popular perante o conhecimento científico.

Diante desses aspectos, sistematizar a experiência de Dona Palmira é uma forma relevante de difundir, publicizar e compartilhar de forma ampla esses saberes ancestrais e populares, gerando subsídio para o fortalecimento das lutas pela valorização das práticas populares de saúde e mantendo a dinâmica dessa riqueza cultural.

Para começar: os caminhos iniciais de Palmira **Sérgio Lopes**

Deus bondoso
Deus clemente
Inspira minha memória
Para eu contar em verso
A todos minha história

Minha vida é um rosário
De sofrer e amargura
Por que é que o destino
É tão mal com as criaturas?

Quando era criança
Infância não conheci
Nem vivi a juventude
E assim envelheci

Me lembro de tudo ainda hoje
Lá em Brejo de Areia
A vivência lá em casa
Era coisa muito feia

O meu pai bebia muito
Só ligava para jogar
Maltratava minha mãe
E nada de trabalhar

A minha mãe trabalhava
Tirando a palha da cana
Lavando a roupa de ganho
Durante toda semana

Quando tinha cinco anos
Vim morar em João Pessoa
Com meus avós e meus tios
Pra mim era vida boa

Tinha uma tia minha noiva
Que dizia me amar
Quando ela casasse
Eu com ela ia morar

E assim aconteceu
Depois que ela casou
Saindo de João pessoa
Fui morar no interior

Já depois de uns treze anos
Que com a tia eu morava

Um dia ela me fez um medo
Que então fugi de casa

[...]

O meu tio disse não quero
Que aconteça coisa a toa
Por isso ainda esse mês
Vou leva-la a João pessoa

E assim aconteceu
Mas eu não me acostumava
Não amava minha mãe
Não me unia a meus irmãos
Que vida sem futuro
Isso é vida de cão

Aqui eu paro essa história
Deste caso acontecido
Mas peço aos leitores amigos
Amem seus filhos queridos

(Palmira Sergio Lopes, 1979)

Meu nome é Palmira Sérgio Lopes⁹, nasci no dia 19 de dezembro de 1838 na cidade Brejo de Areia-PB, mas a minha criação deu-se entre João Pessoa (PB) e cidades do interior. Na idade de 5 a 6 anos, fui morar em João Pessoa, no bairro Cruz das Armas, com meus avós. Ainda criança, minha tia se casou e me levou para morar com ela. Seu marido trabalhava nos Correios e sempre era transferido de cidade. Moramos primeiro em Ingá de Bacamarte (PB) e, de lá, mudamo-nos para Jacú (PB). Depois de alguns anos morando com eles, meus tios trouxeram-me para João Pessoa para voltar a morar com minha avó. Nesse período, minha mãe e meus irmãos também já tinham saído da cidade de Brejo de Areia e estavam morando em João Pessoa. Porém, nossa relação não era muito próxima.

Desde criança, eu tenho um contato forte com as plantas medicinais. Na infância, se tínhamos uma disenteria, era chá de pitanga; se tínhamos tosse ou coqueluche, era lambedor de agrião, casca de jucá, hortelã da folha grossa. Sempre existia todas essas plantas onde minha avó morava. A maioria das plantas com que trabalho hoje em dia, conheci ainda menina.

Aos 13 anos, minha mãe decidiu me casar. Foi um casamento arrumado e sem amor. Na época, eu era apaixonada por outro. Eu acreditava que, com a convivência, eu iria amá-lo, mas, devido a seus problemas com alcoolismo e ciúme excessivo, isso não aconteceu. Ao todo, tivemos 12 filhos; o mais velho tive com 16 anos e o mais novo com 34 anos.

⁹ Este capítulo trata da autobiografia de Dona Palmira, transcrita através do material coletado na entrevista individual e pesquisa documental. Por opção justificada na metodologia, será mantida em primeira pessoa do singular.

Quando me casei, continuei morando em João Pessoa, mas, assim que meu marido perdeu a visão, mudamos para Mamanguape para ficarmos mais próximos de sua família. Quando retornamos a João Pessoa, fomos morar no bairro do Cristo Redentor.

Eu comecei o trabalho comunitário antes de me engajar no MOPS. Sempre fui o tipo de pessoa que não tinha medo de falar o que achava, nem mesmo quando me encontrava em meio a muitas pessoas, e isso fez com que eu me envolvesse e me entrosasse com as pessoas, sendo uma referência na comunidade. Meu engajamento começou através do movimento de igreja, porque, antigamente, ela via muito a necessidade de ajudar o povo carente, e como eu trabalhava muito com a igreja, esse trabalho com as plantas medicinais foi muito importante.

As pessoas procuravam-me querendo ajudar na cura de um filho, do marido, porque não tinham condições de pagar por um médico e nem de comprar remédios caros. Então, eu sempre ajudava. Junto com os membros da igreja, também tentávamos arrecadar dinheiro para uma consulta médica, passagem, ou o que a pessoa precisasse.

A potência da atuação organizada em coletivos e em movimentos sociais

Quando eu estava em Cruz das Armas, na igreja que eu frequentava, ouvi falar pela primeira vez do grupo da “JOC”. Não sabia o que era isso. Só depois que descobri que era o Grupo da Juventude Operária Cristã e aprendi muita coisa com eles. Quando me mudei para o bairro do Cristo Redentor, em 1968, pediram-me para fazer algo na

comunidade, o bairro não tinha água nem energia, e as pessoas não tinham lazer, não saíam para lugar nenhum.

Então, pensei em criar um grupo de jovem, baseando-me no grupo da JOC. Meus planos eram que esse grupo tivesse reuniões toda semana para discutir o evangelho, partilhar histórias, fazer festas nas datas comemorativas e também construir uma caixinha para levar os jovens para passear. Esse grupo foi criado em 1968. Na primeira reunião, havia oito jovens, mas depois foi crescendo, foi crescendo, e daí foi nascendo minha participação como líder comunitária. Comecei a ser líder comunitária no Cristo em 1967 e só deixei em 1993, porque decidi me mudar.

Também fui presidente da Associação de Moradores do Cristo Redentor. Quando foram lançar a chapa, Renato, que era o antigo presidente, indicou-me. Um membro da Associação perguntou: “Mas, Renato, dá certo mulher na Associação?”, e ele respondeu “Dá, por que não dá?”. E, então, a chapa foi lançada.

Havia um comerciante que foi meu concorrente na campanha da Associação de Moradores. Ele, com dinheiro, fez uma campanha daquelas, e a minha campanha ocorreu somente com base no meu trabalho no ambulatório do Cristo Redentor, porque eu ajudava a tratar de todo mundo. Eu andava atrás de remédio aqui e acolá para trazer ao ambulatório e não faltar para as pessoas. Esse era o único “pano pra manga” que eu tinha. Já ele, que tinha dinheiro, mandou imprimir blusa, botar carro de som na rua e tudo mais, porém perdeu por duzentos e poucos votos. As pessoas acreditavam no meu trabalho.

Na época da minha candidatura, estávamos numa luta por água porque só chegava água nas torneiras de madrugada. Como é que se lava roupa de madrugada?

Como se arruma uma casa de madrugada? E aquelas mulheres que trabalhavam na casa dos ricos e que tinham que sair de casa bem cedo e antes de sair lavavam a roupa do menino e do marido? Então, haja o povo reclamar!

No 2º mês após eleita, eu disse: "Vou fazer um movimento por causa dessa água!". Comecei a organizar a comunidade, "Vamos fazer uma passeata para a CAGEPA¹⁰". Nós andamos do Cristo Redentor, na rua José Tavares, até a CAGEPA. A TV Cabo Branco¹¹ foi acompanhando e filmando a gente. Aconteceram as negociações e, quando chegamos em casa, às 17h da tarde, e abrimos a torneira, já tinha água. Essa luta foi feita em nome do MOPS, o Movimento Popular da Saúde, e as coisas que aprendi com ele.

Com cinco anos do falecimento do meu marido, eu sentia muita vontade de voltar às minhas raízes. Sentia saudade de quando eu era criança, criada com meus avós, uma época muito boa. Meu avô, quando ia pegar ração para o gado, carregava-me na garupa, e, na volta, eu vinha sentada em cima de uma carga de capim. Também tinha saudades de voltar para o interior para poder continuar meu trabalho com as plantas medicinais, porque, com a falta de espaço em minha casa do bairro do Cristo Redentor, o cultivo era bem limitado.

Foi então que decidi vender minha casa em João Pessoa e ir morar em Mamanguape, morar em uma região rural. O terreno não era tão grande, eu conseguia cultivar as plantas medicinais, mas eu gostava de criar galinha, cabra, e isso já não dava; eu acabava criando no terreno dos outros.

10 Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

11 Afilhada da Rede Globo.

As lutas pela saúde

Sempre trabalhei com as plantas medicinais, mas era uma atividade mais voltada ao uso pessoal e para as pessoas da comunidade que me solicitavam ajuda ou orientação. Não era uma profissão. Meu primeiro emprego foi como professora, lecionei aproximadamente quinze anos em uma escola particular.

Comecei a me interessar realmente pela saúde depois de conhecer o projeto Rondon, que atuou três períodos no Bairro do Cristo Redentor. Eram estudantes de vários locais que vinham para a comunidade e realizavam atendimentos. Nessa época, eu ajudava nas ações do projeto, que eram realizadas na igreja. Limpava o salão onde o médico atendia, levava as mulheres para fazer o toque¹², preparava a cama, e, a partir dessa experiência, fui me interessando pela saúde.

Eu coordenava um grupo de Jovens na comunidade, havíamos ganhado uma caixa cheia de livros e queríamos montar uma biblioteca comunitária. Para isso, na época de São João, realizamos um concurso de rainha do milho, para angariar fundos para as estantes da biblioteca. Nessa mesma época, o projeto Rondon avisou que estava indo embora, que precisavam ir para outra comunidade, e pediu para pensarmos em como iríamos fazer para continuar os atendimentos.

O Cristo Redentor não tinha nada até então, nem escola, nem posto de saúde. Aí, deram a ideia de usar o dinheiro da Rainha do Milho para construir um ambulatório. Tinha um jovem do grupo, Sebastião Costa, que estava no

¹² Exame citológico

primeiro ano de medicina e falou que conseguia trazer estudantes para trabalhar no ambulatório. A irmã dele era enfermeira formada, trabalhava no hospital da cidade de Patos-PB. Ela também participava do grupo de jovens, vindo quinzenalmente para João Pessoa e comprometendo-se a ajudar sempre que viesse. A comunidade acatou a ideia, e criamos o ambulatório no terreno da igreja.

Eu ajudava nesse ambulatório como voluntária. A enfermeira Nauma, no dia a dia, foi me ensinado a aferir pressão, preparar os materiais, fazer os curativos, aplicar injeção, para que eu pudesse ajudá-la. Um dia, eu pensei: "Gosto tanto de fazer isso, sei fazer tantas coisas, mas lá fora isso não serve de nada, eu não tenho certificado". Então, eu fiz um curso particular de enfermagem, recebi certificado e decidi deixar o ensino particular.

Conseguí emprego em uma clínica de João Pessoa, chamada Pulmocordio, onde trabalhei por 2 anos. Eu continuava como voluntária no ambulatório, estávamos buscando um convênio, porém, na época, o que o padre conseguiu foi apenas um auxílio financeiro, e, com esse dinheiro, ele me contratou. Tempos depois, ele conseguiu me regularizar e assinar a minha carteira de trabalho. Por 10 anos trabalhei nesse ambulatório.

Desanimei-me a continuar esse trabalho devido a críticas de algumas pessoas da comunidade com relação ao ambulatório, falando que a igreja não deveria gastar dinheiro com esse trabalho, não deveria me pagar. Então eu preferi pedir demissão.

Voltei a pagar o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) particular e fui trabalhar como costureira. Eu ia a Recife, comprava tecido no quilo, retalho, quando chegava em casa, transformava em roupa e saía vendendo. Comprava

bijuteria, comprava perfume e vendia, trabalhando como ambulante.

Quando vim para esse assentamento, trabalhei como agricultora e também no preparo dos meus remédios fitoterápicos, mas não me aposentei como tal. Aposentei-me pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ainda como costureira.

Em 1980, quando eu ainda morava no Cristo, uma freira apresentou-me o MOPS. Ela falou: "Palmira, vai ter uma reunião lá na faculdade Santa Emília de Rodat, um doutor vem falar sobre plantas medicinais". E, então, eu fui lá ver, e o doutor de que ela falou era o professor Eymard¹³, e, a partir desse mesmo dia, comecei a fazer parte do MOPS.

Com o MOPS, lutávamos pela necessidade do povo, vendo a saúde de forma geral. Então, trabalhávamos o tema que fosse preciso para a comunidade como moradia, água, alimentação, direito à saúde, valorização das práticas populares, entre outros. De dois em dois anos, eram realizados encontros nacionais onde vinham pessoas de vários estados do Brasil trocar experiências. Isso somou muito no meu saber popular, além de ter agregado conhecimentos sobre a medicina alternativa. Quando eu abraçava mesmo uma experiência, eu chegava na minha comunidade e tratava logo de botar em prática o que tinha aprendido.

No MOPS, eu escutei uma música que diz assim:

"Sem saúde ninguém vive
Vive mas não vive bem
Nós queremos ter saúde
Sem atrapalhar ninguém"

13 Eymard Mourão Vasconcelos, professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba.

Enquanto eu ia para um encontro do MOPS em Goiânia, na época da primeira campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, dentro do ônibus, eu fui escrevendo isso aqui:

Movimento Popular
De Saúde, meu irmão
É movimento de luta
Também de organização
Que luta para acabar
A doença da nação

O Brasil está doente
Só nós podemos salvar
Com nossa luta e esforço
Isto podemos mudar
É tempo de abrir os olhos
Pra ver o mal onde está

O povo unido e organizado
Sabe o mal que vem matando
Também deve abrir os olhos
De quem não está enxergando
Onde está localizado o câncer
Que está matando

Sabe, lutar por saúde
É querer organizar
Povo em comunidade
Ver a saúde onde está
E quem está do nosso lado
Querendo nos ajudar

Todo povo está sabendo
Que o ano é de eleição
Precisando ter cuidado
Pra não eleger tubarão
Se não a gente se afunda
E será o fim da nação

Vem governo e sai governo
Pra governar o país
O povo sempre pensando:
“Agora vou ser feliz!”
Mas a coisa só piora
E nós quebramos o nariz

Agora chegou a vez
De esta história mudar
Só depende de você
Querer também ajudar
A eleger o governo
Que veio do popular

Só o MOPS nos ajuda,
Vê esta situação
Que ter saúde é ter terra
É ter salário, é ter pão
É ter terra pra trabalhar
Pra alimentar o povão

Agora peço desculpa
Se não agradei a você
Mas precisava falar
E essas coisas dizer:

Que fuja dos tubarões
Dê seu voto ao PT

O MOPS foi muito ativo, contribuiu tanto na criação do SUS quanto na formação do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante um evento da Abrasco em 2012, li essa música que criei, o SUS ainda tem muito no que melhorar, porém ele é uma conquista do povo e temos que defendê-lo, as privatizações só vão piorar:

Vim Aqui no rio grande
De um caso sério tratar
Para falar de Saúde e Educação popular
Minha gente precisamos nos organizar
E a política de saúde fazer respeitar

Educação Popular vem nossos antepassados
Com raízes, folhas e rezas eles faziam os cuidados
A saúde é um direito, ninguém nos pode negar
Seja no campo, cidade, seja em todo lugar
Senhor ministro o SUS não pode privatizar
Foi uma conquista de todos e da luta popular

Houve um tempo que o MOPS estava trabalhando apenas a questão social, sobre moradia, sobre terra, essas coisas, e ele enfraqueceu muito. Depois que se retomou a causa das plantas medicinais e das práticas integrativas e complementares de saúde, o movimento ganhou mais força, principalmente aqui na Paraíba.

O MOPS teve muita importância na minha trajetória, porque foi onde eu conheci, vi e aprendi a me envolver

com as lutas populares. Aproximou-me do MST, da medicina alternativa e educação popular. Foi esse movimento que me encorajou em todas essas lutas comunitárias que descrevi, e é isso que me motiva a continuar nele até hoje.

As lutas pelos direitos sociais

Em minha nova morada em Mamanguape, meu sítio ficava de frente para uma casa de farinha. Nela, tinha um tanque de um metro quadrado que jorrava água direto, o qual estava sempre cheio e cuja água nós utilizávamos. Certo dia, a minha vizinha veio avisar: “Dona Palmira, venha buscar água, vão fechar o cano”. Eu falei alto: “É isso mesmo, enquanto é obrigação do governo dar água para quem não tem, a pouca água que a gente tem, o governo vai tirar. Deixa estar, eu vou ensinar vocês a dar o troco. De janeiro em diante é ano de eleição, aposto que no meio do ano tem gente batendo na nossa porta pedindo voto. Para dar o voto, a gente pede água”. O funcionário da CAGEPA que ouviu o que falei disse: “Eu só vou fechar porque sou obrigado, mas, por mim, a água ficava aí”. Com a água desse cano, raspávamos a mandioca na casa de farinha. Então, eu falei: “Meu senhor, por você, você deixa a água? Pois, pegue sua chave e vá embora. Quando perguntarem se você fechou o cano você diz que não, que juntaram várias mulheres na beira do tanque ameaçando quebrar vocês no cacete e na pedra”. Ele botou as ferramentas no carro e foi embora. E, assim, conseguimos mais uns dias com água.

Decidimos, então, realizar uma passeata. Tivemos apoio de um deputado e do sindicato. Além da pauta da água, incluímos a questão da energia também. A energia

funcionava apenas de dia, a partir das 18:00 horas, ficávamos apenas com a luz do lampião. Então, o slogan que eu criei foi: "o povo quer pra já, água pra beber e luz pra clarear!". Com oito dias, o problema da luz foi resolvido. Botaram um transformador, até hoje tem energia boa. Chegamos à CAGEPA, e eu falei: "Se o problema é porque o povo do Engenho Novo está gastando água, nos cadastre e incida uma taxa que nós pagaremos, o que não pode é a gente ficar sem água". E, então, eles resolveram assim, só tiraram a água do Engenho Novo quando colocaram água encanada em todas as casas. Nesse ano, também me tornei presidente da Associação do Engenho Novo.

Com quatro anos que estávamos em Mamanguape, meu filho Marquinho foi convidado para uma reunião do MST e começou a participar. Quando o movimento decidiu montar um acampamento em Jacaraú, meu filho foi junto. Depois de três dias que ele estava acampado, eu vim acampar também. A conquista dessa terra não foi tão difícil, porque não houve conflitos. As terras estavam em posse do Banco do Brasil, o antigo proprietário não havia pago o empréstimo feito, então o banco repassou para o INCRA, que ficou responsável pela partilha das terras.

Foi assim que surgiu o assentamento Novo Salvador, moro aqui desde 1997. Nesse espaço, consegui colocar meu objetivo em prática, de morar em um lugar aonde eu pudesse fazer minha horta de plantas medicinais como desejava, com um cultivo maior, e tivesse a liberdade para criar meus animais.

Quando chegamos, queríamos nossas casas em nossas terras, mas o INCRA disse que se optássemos por uma agrovila, chegaria água, luz, escola e posto de saúde. A maioria das pessoas que haviam conseguido um terreno

optaram por uma agrovila por conta desse palavreado. Como resultado, nós passamos 4 anos aqui sem energia. No final do quarto ano, eles chegaram e colocaram esses postes aqui, e nada da luz chegar. Então, a gente decidiu juntar as mulheres para ir acampar na prefeitura e sair de lá apenas quando o serviço começasse. Nem todas as mulheres vieram, algumas ficaram com medo e, para esse momento, eu preparei essas duas paródias:

*Olê mulher daqui
Olê mulher de lá
Pra resolver o problema
Precisa se organizar*

*A mulher do assentamento vive fazendo oração
Pra chegar a energia e apagar o lampião
As mulheres do assentamento já estão com as pernas*

finas

Com a lata na cabeça subindo ladeira acima

E a outra dizia assim:

*“A mulher já se deu conta, cê-rê-á
De tanta escuridão, cê-rê-á
E começa a dar a bronca, cê-rê-á
Que é a iluminação cê-rê-á”*

Então, reuni-me com o grupo de jovens do assentamento que queria participar, e decidimos abrir o movimento para todo mundo, jovem, adulto, mulher, homem. Passamos a segunda, terça e quarta acampados. Na quinta-feira, saímos porque era Dia de Todos os Santos.

O prefeito não queria nos receber no gabinete, mas acabamos conseguindo negociar, conversamos e nada foi resolvido. Saímos da prefeitura, mas fizemos uma carta para a população explicando o motivo e avisando que se não resolvessem o problema iríamos voltar. Depois de outros momentos de negociação com as várias autoridades envolvidas (prefeito, INCRA, promotor), conseguimos fazer a energia chegar ao assentamento.

Uma relação de ensinar e de aprender com a universidade

Desde 1970 que eu tenho vínculo com a universidade¹⁴. Eu sempre trabalhei com as plantas medicinais, mas não imaginava que esse conhecimento tinha importância dentro do meio acadêmico. Quando a universidade começou a me procurar para participar de palestras sobre fitoterapia, eu comecei a entender isso.

Um dia, fui chamada pela prof^a. Rinalda¹⁵, que disse: “Palmira, a gente queria saber em que a universidade pode ajudar você e sua comunidade na área da saúde”. Eu tinha um desejo: “Eu sei que Macassá serve pro coração, serve pra dor de ouvido, será que ainda tem mais utilidades? Será que serve mesmo pra isso? Ou será que não serve?”. Eu tinha o desejo de saber a realidade científica das plantas, mas, quando chegava esse desejo, na mesma hora, eu dava a resposta a mim mesma, que eu não podia chegar a esse conhecimento, porque eu nunca tinha feito vestibular,

14 Universidade Federal da Paraíba - UFPB

15 Rinalda Araújo Guerra de Oliveira, Departamento de Fisiologia e Patologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

não tinha estudado na universidade, então eu não podia chegar ao ponto de saber sobre isto.

Então, quando a prof^a. Rinalda perguntou no que a universidade podia ajudar, eu tinha essa resposta, mas não quis dar, eu disse: "Deixa eu conversar com a comunidade primeiro e depois a gente marca outra reunião". Em reunião com os moradores da comunidade, falei: "Se eu fosse pedir alguma coisa, pedia um retorno científico das plantas medicinais", e eles responderam: "Pois é isso mesmo que a senhora deve pedir, a gente trabalha muito com as plantas, porque não temos como comprar remédio de farmácia". Naquela época, era tempo de pobreza; a pobreza ainda existe hoje em dia, mas naquele tempo era pobreza miserável.

Então, ocorreu o curso sobre as plantas prometido pela Professora Rinalda, que participei e fiz parte até 1994. Para mim, foi onde surgiu esse nome "Educação Popular". Antes, eu já fazia o trabalho de Educação Popular, mas eu não sabia que tinha esse nome.

Algumas reflexões sobre as práticas populares e seus processos educativos

No início da minha trajetória, eu pensava que quando se falava em saúde era apenas a saúde do corpo. Curar a dor que está ali, dor de cabeça, por exemplo. Depois que entrei no MOPS, mudei minha visão. Para que eu tenha saúde é preciso uma casa digna de morar, é ter uma terra para trabalhar; se moro na cidade, é ter saneamento básico na minha porta, ter água, ter energia, ter lazer, saúde e estar bem com a vida. Minha visão de saúde hoje é essa, não é somente a saúde do corpo. Saúde envolve tudo isso, envolve a sobrevivência sem passar necessidade.

Muita gente acredita que passar fome é apenas quando a pessoa não tem o que comer de uma vez, mas não é só isso; é não ter o alimento necessário e de qualidade para o seu corpo e saúde, isso é fome.

A saúde é um direito que está na constituição. É um direito da gente, dever do estado, do presidente. Mas, para conquistar o que é nosso por direito, é necessário lutar. Se é doença, é dever e obrigação do estado ajudar e cuidar. E é nosso dever fiscalizar, propor, acompanhar e cobrar.

Por isso, graças a Deus, até hoje, nunca dependi dos médicos e dos serviços de saúde. Eu só comecei a procurar médico agora, inclusive só realizei o pré-natal a partir do meu décimo filho, onde fui ao médico por conta de uma pancada que recebi na barriga que fez com que eu perdesse meu bebê. Eu só vou ao médico em situações importantes, mas com uma dor de cabeça, com uma dor na barriga, com uma dor no joelho, eu não vou logo correr para o médico. Só se a dor for grave, persistente, que eu vou para saber o que é. Primeiro, eu confio na natureza, no poder das plantas e no que aprendi com meus ancestrais.

Eu acredito e sei da importância do médico. Quando eu vejo que uma situação precisa ser resolvida com o médico, eu falo imediatamente. Digamos que a pessoa chega: "Dona Palmira, estou sentindo uma dor em tal canto. Faça um remédio pra mim", eu digo: "O que é o seu problema? Vá para o médico primeiro, faça um ultrassom e traga seu diagnóstico que eu vou saber qual é a planta indicada pra isso". Eu não posso dar o diagnóstico do problema de ninguém, eu não estudei para isso e eu sou honesta. O médico é necessário, mas também é verdade que tem gente que está lá na porta do posto de saúde todo dia por motivos que poderiam ser tratados em casa.

A educação popular é importante na saúde porque ela contribui para que as pessoas comecem a compreender o que eu e você passamos como gente, como povo, como história de luta pela vida. Entender que também temos conhecimentos e que a gente também está educando mesmo sendo povo simples. Eu considero-me uma educadora popular. Depois que descobri que deram esse nome a essa luta que eu já fazia, eu considero-me educadora popular. Eu acredito que a educação popular ainda precisa crescer bastante para chegar onde eu desejo. As pessoas precisam aprender a valorizar seus costumes antigos, acreditar naquilo que nossos antepassados faziam, acreditar nas práticas populares, que são muitas e são bastante ricas, além de se envolverem nas lutas dos menos favorecidos.

Desde que comecei a fazer parte da Educação Popular e a trocar experiência com outras pessoas, eu percebi que ainda tenho muito que aprender. Eu tenho ganhado, comprado muitos livros, e isso tem aprimorado meus conhecimentos. Muitas vezes, uma planta que eu utilizava tinha três utilidades, mas eu só conhecia uma, então estudar foi muito importante, porque esse conhecimento que expandi sempre passo para a minha comunidade. Para mim, o retorno e valorização da homeopatia e fitoterapia vai diminuir muito o aglomerado de pessoas nos postos de saúde e hospitais, porque as pessoas vão saber cuidar de si mesmas.

Além da fitoterapia, existem outras práticas integrativas e complementares. Tem a auriculoterapia, reflexologia podal, e tem as rezadeiras. Para tratar o caso de espinhela caída¹⁶

¹⁶ Também conhecida por lumbago, é a designação popular de uma doença caracterizada por forte dor na boca do estômago, nas costas e pernas, além de um cansaço anormal que acomete o indivíduo, ao submeter-se a esforço físico.

não tem remédio que resolva, só a reza e aquela ginástica que faz, segurando a corda para fazer força para levantar. Existem várias rezas, tem a reza do coveiro brabo, tem a reza da quebradura. Aqui em casa, sempre rezo a quebradura, o menino vai para o campo, machuca o dedo e diz: "vó, meu dedo desmentiu"¹⁷", aí eu rezo. Aprendi isso com minha mãe.

Eu tenho amor pelo que faço. Quando eu estou no fogo fazendo um remédio, converso muitas vezes comigo mesma, peço a Deus que aquele remédio realmente sirva para aquelas pessoas que têm necessidade de usar. É tanto que se tiver dinheiro, vem e leva os remédios, se não tiver vem e leva também. Tem gente que fala: "Dona Palmira, tal dia eu lhe dou", e esquecem, eu também esqueço e não vou cobrar, não. Tem gente que passa e fala: "Eu vim comprar um... ah eu até estou te devendo um faz é tempo, não é?", eu digo: "Tu ainda estás lembrada?". Quando iniciei esse trabalho, não foi pela compreensão que tenho hoje de que o remédio natural cura melhor que os alopáticos. Foi realmente pela carência do povo. As pessoas precisavam de remédios, mas não podiam comprar, sem contar que no interior não existia posto de saúde, e os hospitais eram apenas nas capitais.

Durante esse tempo em que estive doente recentemente, com as minhas taxas alteradas, com uma dormência nas mãos, estava com muito medo, mas, depois do exame do médico e da conversa que tive com o neurologista no hospital, eu já fiquei tranquila. Vou voltar a tomar meus chás, já sei que o que eu estou sentindo agora é uma coisa que não depende do meu fígado, do meu rim e nem do meu coração. É um problema neurológico, passei por alguns estresses e desentendimentos, e isso me abalou.

¹⁷ Fratura no dedo

Já sai do médico pensando “vou fazer um chá de mulungu pra eu tomar”, que é ótimo para isso.

Ainda sobre as práticas integrativas e complementares, também tem a terapia do barro, acredito nela, porque, quando eu era menina, eu dizia: “vó, minha barriga está doendo”. Naquela época, era difícil uma casa com cimento, era chão batido. Minha avó dizia: “levante o vestido e deite a barriga no chão”. Eu fazia isso, passado um pedaço, a dor de barriga ia embora. Eu tive o exemplo de uma pessoa que trabalhava o dia todinho com o pé no sapato, chegava em casa, só fazia tirar o sapato e colocar os pés em uma sandália, não tinha contato nenhum com a terra. Essa mulher foi criando um problema de circulação, e o médico logo disse: “Você tem que fazer caminhada descalça, porque você tem que sentir a energia da terra”, o remédio só foi esse e ela logo ficou boa.

Hoje, nós temos apoio do ministério sobre as práticas integrativas e completares de saúde, devido à política criada para ela. Agora, eu realizo esse trabalho com a maior confiança, porque estão valorizando esses conhecimentos que deixaram se perder lá atrás, e que muitas vezes era discriminado. O trabalho com as plantas, rezas e outras práticas é importante, pois, apesar dos serviços de saúde já terem melhorado bastante, no interior, o acesso ao médico ainda não é bom. Normalmente, os médicos só vão ao posto uma ou duas vezes na semana, e isso piora ainda mais para as pessoas que moram nos lugares mais isolados. As práticas, além de ajudarem na falta de médico, são de graça, acessíveis e saudáveis, diferente dos alopáticos.

Acredito também que a criação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde veio para ajudar, porque agora trabalhamos com mais força, mais garantia, sem medo

de perseguição, como nos anos de 1970. Se é uma política criada pelo Governo Federal, então estamos reconhecidos e não precisamos ter medo mais de nada, podemos trabalhar com segurança.

Também acredito que a Educação Popular se faz quando se vive organizado, em grupo, em comunidade. Se a pessoa vive solta, sem participar de nada, já diz o ditado “quem não se comunica, se trumbica!”. Quando estou participando de um grupo e nele existe uma conversa boa, tem assuntos bons e eu vejo que aquilo serve pra mim, serve pra minha comunidade, eu vou tratar de passar pra outras pessoas. Se vivemos soltos e isolados, sem participar de nada, como é que lutaremos pelo direito da saúde? O trabalho comunitário e a educação popular nos ensinam que, quando trabalhamos juntos e pelo coletivo, ficamos mais perto de conquistar nossos direitos. Para mim, o maior desafio desse trabalho de EP é de ter paciência para conscientizar o povo, eles estão sofrendo, estão apanhando, e não querem se organizar e se mobilizar.

Quando me perguntam a maior contribuição que acho que deixo para esse povo, acredito que é passar esse saber. Eu não quero morrer e levar todo ele comigo sem ninguém saber. Acho que este trabalho que está sendo escrito vai conseguir deixar um pouquinho de mim e de tudo que eu gostaria de repassar. Isso também é uma preocupação e um procedimento que a EP ensina.

REINALDO MATIAS FLEURI



REINALDO MATIAS FLEURI¹⁸

Reinaldo Fleuri é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com vínculo de professor voluntário após sua aposentadoria em 2011. Atua como professor permanente no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Sua trajetória vem sendo tecida, desde os anos de 1970, de modo compartilhado com os movimentos sociais e as práticas comunitárias, principalmente em processos formativos e de pesquisa participativa. Entre suas maiores dedicações, ao longo desses anos, está a construção de estudos, de pesquisa e de ações direcionadas ao aprimoramento do pensamento crítico sobre a aproximação e o diálogo conversatório entre universidade e movimentos sociais, tendo a educação popular e a extensão como elementos mediadores desse processo.

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988), realizou estágios de pós-doutorado na Università degli Studi di Perugia, Itália (1996), na Universidade de São Paulo (2004) e na Universidade Federal Fluminense (2010). Como professor visitante nacional sênior (PVNS/CAPES)

18 Texto organizado por Pedro José Santos Carneiro Cruz, membro do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da ABRASCO, membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e por Edgar da Silva Fontes, estudante do curso de Graduação em Medicina da), membro do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) da UFPB. Fonte da imagem: The University of Queensland – Australia - <https://languages-cultures.uq.edu.au/event/session/2831>

junto ao Instituto Federal Catarinense (IFC), colaborou em 2012-2016 na criação de novos programas de pós-graduação com inserção regional e articulação internacional. Lecionou e organizou publicações em 2018-2019 como professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A partir de 2019, desempenha-se como professor visitante nacional sênior (CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Faz parte do Instituto Paulo Freire.

Tem desenvolvido, coordenado e orientado pesquisas, que resultaram em publicações e produções acadêmicas nas áreas de epistemologia, educação popular, interculturalidade, educação inclusiva e formação de educadores. Nesse percurso, merece destaque a fundação, em 1997, do Grupo de Pesquisa Viver em Plenitude: Educação Intercultural e Movimentos Sociais (CNPq/UFSC). Sua singularidade consistiu em articular pesquisa com intervenção educativa, nos projetos de Formação de Educadores Populares de Capoeira (UFSC, 2004, 2005 e 2007), de Curso de Formação de Professores para a Educação Inclusiva (SEISIC, 2007 e 2008), de Curso de Formação de Professores para a Diversidade e Cidadania (MEC/UAB, 2009) e de produção de material didático para o trabalho com Diversidade Religiosa e Direitos Humanos em âmbito nacional (MEC, 2010-2013). Participa ativamente de associações científicas nacionais (como a ANPEd e ABRASCO) e internacionais, como a Association Internationale pour la Recherche Interculturelle (ARIC), da qual foi presidente em duas gestões (2007-2011).

Tendo uma importante e expressiva contribuição no âmbito da Educação, sua aproximação com o movimento

de Educação Popular em Saúde remonta a diferentes encontros, contribuições e interações, sobretudo aquelas mediatizadas pelos amigos Victor Vincent Valla e Eymard Mourão Vasconcelos, com o qual Reinaldo desenvolveu um importante processo de sistematização e de socialização de experiências de extensão orientadas pela educação popular e seus sentidos potentes e transformadores na construção de outros caminhos e possibilidades para a formação em saúde nas universidades brasileiras.

Desde 2018, no contexto do 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, e por ocasião da entrevista que gerou esse texto, Reinaldo compõe o Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

Aprendiz da Educação Popular

Em minha visão, a educação popular é, exatamente, essa busca de inserção dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos populares, na tentativa de estarem juntos em lutas e práticas nos interesses e objetivos das classes populares. Hoje, consideramos movimentos populares não apenas os que resistem aos processos de dominação e exploração econômico-política no sistema capitalista (como os grupos sociais que vivem de seu próprio trabalho em oposição aos que se apropriaram de meios de produção com o objetivo de acumular privadamente riqueza e poder), mas também todos os movimentos socioculturais de re-existência, de reinvenção mesmo, das relações de gênero, de gerações e ancestralidades, de etnias, de diferenças físicas e mentais, enfim de todas as dimensões de relações entre os seres que compõem a natureza e o cosmos, no

sentido de desconstruir o patriarcalismo, o racismo, o antropocentrismo, o especismo inerentes à colonialidade e promover a vida em plenitude, como os povos Aymara e Quechua definem o “Bem-Viver”. Hoje, entendo que os movimentos e os processos de educação popular constituem a articulação de todas as iniciativas dos seres humanos, junto com todos os seres do universo, por conviver e gerar vida em plenitude! Me considero um educador popular porque venho me esforçando por contribuir nesse sentido, mas sobretudo porque me considero um aprendiz. Sou um aprendiz de educador popular.

O processo de educação precisa ser recíproco, ensinar e aprender, aprender e ensinar. Nesse entendimento, a inserção nos movimentos sociais tem sido, na minha vivência, uma chave de aprendizagem e, em aproximadamente 50 anos, venho tentando traduzir essa relação através de pesquisas e da produção acadêmica. A minha luta tem sido prioritariamente no campo acadêmico, mas profundamente comprometido com os pesquisadores orgânicos que atuam nas práticas populares. Por ter atuado prioritariamente no campo institucional acadêmico, me considero mais um aprendiz de educação popular que um educador popular de base.

É fundamental pontuar que, ao me considerar aprendiz de educador popular, trago comigo marcos fortes em minha trajetória na educação popular.

O principal marco e período mais importante foi minha inserção no Grupo Temático (GT) de Educação Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), muito incentivado por Victor Valla. É um trabalho que venho acompanhando e compartilhando sistematicamente desde 1992. Por meio do GT06-Educação

Popular (ANPEd), tive a oportunidade de interagir muito com pesquisadores e militantes que estão refletindo e trabalhando nesse campo. Essa experiência foi um foco de reflexão, de produção, de sistematização, de problematização e, principalmente, de introdução no campo da educação popular em saúde. Nesses espaços conheci pesquisadores chave que trabalham nesse campo, como o próprio Victor Valla, o Eymard Vasconcelos, Regina Leite Garcia, entre outros.

Houve outras tantas experiências importantes. A primeira delas foi quando fui para Florianópolis na década de 1990, para a Universidade Federal de Santa Catarina, para trabalhar como docente. Logo que cheguei nesta cidade, em 1989, me engajei ao Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), liderado por Padre Vilson Groh. O CEDEP tinha projetos em parceria com o Movimento de Cooperação Educativa (MCE), da Itália. Um dos projetos era a Oficina do Saber, a qual trabalhava com crianças na perspectiva intercultural. A partir desse engajamento, orientei vários trabalhos e pesquisas nesse campo da Educação Popular vinculada a dimensão da interculturalidade. Em 1995 e 1996, fui para um estágio na Itália a fim de aprender com o Movimento de Cooperação Educativa toda a prática de educação cooperativa inspirada na teoria do pedagogo Célestin Freinet. Esse movimento de educação popular também me deu muito subsídio para entender como organizam práticas educativas populares no contexto escolar. Embora trabalhem prioritariamente no campo da escola, existem múltiplos vínculos com outras práticas sociais.

Outra experiência marcante, anterior a essa, foi na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), onde atuei em 1983 e 1985. O primeiro contrato que tive com

esta Universidade foi para coordenar e apoiar o Seminário ministrado por Paulo Freire, realizado durante o segundo semestre de 1983. Eu estava envolvido para coordenar o grupo de representantes de 40 movimentos sociais, que se encontrava semanalmente com Paulo Freire. A experiência chamada “Ciclo de debates em educação popular” foi uma experiência marcante, pois me aproximou muito de Paulo Freire, em uma perspectiva de convivência relacional e pessoal.

A partir daí, construí a tese de doutorado (na UNICAMP, com a orientação de Moacir Gadotti), que foi a análise da experiência da UNIMEP em extensão popular, em Piracicaba. Em 1983-1984, fomos compreendendo como a prática de extensão, ao mesmo tempo que permite aos estudantes e aos professores interagirem com a comunidade, também cria espaços e dimensões da universidade que os movimentos sociais ocupam. Tal ocupação coloca em xeque as estruturas de saber e de poder, fato que requer mudanças paradigmáticas da própria concepção de ciência. Assim, a extensão popular também é um espaço de transformação da Universidade, na medida em que é interpelada pelos movimentos sociais e pelas práticas populares.

Em 1988-1990, envolvi-me, como consultor, com o Seminário Permanente de Educação Popular, desenvolvido pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Esse projeto envolvia a Universidade e seis grandes movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres, Movimento Indígena, Movimento Sindical, Movimentos urbanos e várias ONGs. Em coletivo, lideranças desses movimentos e representantes dos grupos de assessoria e de universidades, discutiam e analisavam

os problemas e os desafios que esses movimentos estavam enfrentando, a fim de construir estratégias articuladas entre esses atores sociais. Ao acompanhar esse projeto, percebi uma característica determinante. Percebi os movimentos sociais não apenas como "clientes" e consumidores de saber produzidos pelos acadêmicos, mas como sujeitos produtores do conhecimento e, portanto, como interlocutores de outros diferentes sujeitos de conhecimento e formas de conhecer.

Em minha visão, essa relação com os movimentos sociais como sujeitos de saberes, e não apenas "usuários" do "conhecimento científico", é uma das chaves da educação popular. Na extensão popular, o trabalho com os movimentos sociais é um trabalho "com", não "para" nem "sobre" os movimentos e as organizações populares. Esse entendimento muda o paradigma da ciência moderna, que se constrói a partir da relação unidirecional de observação do sujeito sobre o objeto. Pois os movimentos sociais não são meros objetos de observação e sim sujeitos produtores de saberes. Portanto, o conhecimento propriamente científico se constrói na relação crítica entre os diferentes sujeitos sociais.

Compreendi a necessidade de interação entre universidade e movimentos sociais, já quando trabalhei na Pontifícia Universidade Católica (PUCSP), nos anos de 1976-1977, bem na época da fase inicial da atual ditadura militar. Atuei como professor no Ciclo Básico da PUCSP, que foi uma experiência de formação de consciência crítica dos estudantes que entram na Universidade. Ao analisar a experiência do Ciclo Básico da PUCSP, que foi objeto do meu mestrado, concluí que a formação da consciência crítica no espaço acadêmico só é possível se articulada com a práxis social, política e cultural. Sendo assim, a relação entre os movimentos sociais é uma condição essencial

para a criação de um espaço de aprendizagem crítica. Fundamentado nesses dados, desde então busquei articular todo meu trabalho acadêmico – de pesquisa, de extensão e de ensino – com atividades e projetos vinculados aos movimentos sociais.

Já muitos anos depois, na década de 2000, outra experiência marcante em minha trajetória foi a relação com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o Movimento de Educação Popular em Saúde. Principalmente, na experiência coordenada por Eymard Vasconcelos. Junto com colegas, o Eymard organizou o livro “Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde”, contendo os depoimentos de 47 estudantes, professores e pesquisadores sobre a experiência deles na relação com pessoas e grupo de práticas populares. Elaborar na introdução do livro uma reflexão sobre experiências tão intensas e significativas, foi um momento chave para mim. Percebi como as relações acadêmicas, ao ter envolvimento político, social e espiritual com as práticas populares, podem aprofundar questionamentos dos padrões e dos paradigmas de ciência, de conhecimento e de educação. Analisar aqueles depoimentos foi enriquecedor, pois pude entender dimensões mais paradigmáticas da educação popular em saúde.

O aprendiz, suas raízes e o tear de seus primeiros caminhos

A origem de classe é mais determinante do que conseguimos perceber claramente. A minha família era muito simples. Meu pai era pintor de casas em Assis, interior de São Paulo. Era um menino franzino, raquítico e que nunca

se dava bem nas brigas e no futebol. Minha arma de luta era no nível intelectual. Então, vencido no futebol, tentava vencer nas disputas escolares. Minha estratégia era ser o aluno mais bonzinho e disciplinado da escola para conseguir destaque. Saí de casa muito cedo. Aos 13 anos, fui convidado a entrar no Seminário do PIME (Pontifício Instituto das Missões Exteriores). Terminei os estudos do colegial em Assis. Depois, em um pequeno grupo de seis seminaristas, fomos para São Paulo, cursar a faculdade de filosofia. Naquela época, em 1968, pude participar de grandes movimentos na rua, o que já foi uma primeira ruptura com mundo mais fechado do Seminário. Foi a experiência direta de estar em contato com o Movimento Estudantil, das grandes passeatas, de quando assassinaram o Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968. O período de faculdade em São Paulo foi o primeiro contato com os movimentos sociais.

Quando me formei em Filosofia em 1971, logo comecei a trabalhar como professor na faculdade e em colégios. Percebi que minha formação escolar não me dava instrumentos pedagógicos para interagir com os estudantes de uma forma dialógica. Diante dessa realidade, decidi “dar um pontapé” em toda essa formação clássica e buscar uma interação mais pessoal com os estudantes. Desde então, para mim, a tarefa de ser professor vem sendo um desafio que se coloca em cada ocasião, no sentido de aprender a criar relações e contextos de aprendizagem ao invés de só expor conteúdo teórico.

Quando comecei a fazer o mestrado na PUCSP, em 1972, tinha uma visão e orientação mais existencialista, personalista, idealista, tentando entender autores como Martin Huber e, mais adiante, Hegel. Em sequência, fui me questionando em que medida essa visão teórica necessitaria

do crivo da prática. Em função disso, mergulhei nos estudos de Paulo Freire e, através dele, fui analisar práticas de extensão popular. Esta opção por buscar configurar os propósitos de promover relações dialógicas e cooperativas em ações e estratégias de práxis social e política foi muito influenciada pelo estágio que realizei em 1972-1974 na escola de formação do movimentos dos Focolares em Loppiano, Itália.

Minha trajetória pessoal e profissional, em suma, foi mobilizada pela busca de encontrar e de valorizar a relação interpessoal e afetiva para articular com as relações políticas e, mais especificamente, buscar entender e transformar as estruturas epistêmicas. Atualmente, estou em busca de entender os processos decoloniais e não coloniais, como estratégias para superar os dispositivos de dominação, racismo e patriarcalismo. Nesse sentido, busco valorizar os movimentos sociais que trazem outros paradigmas e cosmovisões transmodernas. Tanto é que meu projeto de pesquisa atual se chama “Aprender com os povos originários do sul a decolonizar a educação”, pois é a partir desses povos ancestrais que vamos descobrindo as formas de ver o mundo mais radicais que a modernidade conheceu.

O desafio atual: aprender a educar com os povos originários

Grandes educadores, como Paulo Freire, elaboraram concepções e propostas originais e eficazes no campo da educação, a partir do que aprenderam com os movimentos sociais, particularmente os vinculados a culturas originárias e ancestrais. É esta a hipótese que estou querendo estudar!

Nesta perspectiva, o conceito de “Bem Viver” apresenta-se como essencial. Tal concepção enfatiza as relações integrais de complementariedade e reciprocidade com o mundo, com a natureza, com as comunidades, com a espiritualidade, ou seja, com as estruturas de conexão vitais entre todos os seres. Isto pode estar na origem do próprio entendimento de que educação consiste na relação dialógica entre as pessoas e com todo o mundo.

Dessa forma, podemos reinterpretar os grandes pensadores, teóricos e militantes do campo da educação popular. Por exemplo, ao focalizar a dimensão política das nossas lutas, vamos entender que a política não se dá, exclusivamente, no campo do Estado. Mas, no campo das relações humanas e vitais, das relações entre todos os seres vivos, numa visão ecológica, numa visão política mais profunda, mais radical e mais ampla. Tal entendimento, podemos ir aprendendo e reaprendendo em interação com os povos originários.

A força dos movimentos sociais não está apenas em sua atuação política no âmbito do Estado. Está nas articulações de suas bases sociais. Vale salientar que, como afirma Michel Foucault, o poder se constrói desde baixo a partir das múltiplas correlações de força que se desenvolvem entre pessoas e grupos, nas instituições, nos movimentos sociais. Tais confrontos múltiplos e dinâmicos servem de suporte a amplos efeitos de separação, diferenciação ou oposição de grupos sociais ou étnicos, que atravessam os conflitos locais e os ligam entre si, produzindo redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. Neste sentido, as grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados e

transformados pela a intensidade dos conflitos locais e de suas múltiplas e fluidas interconexões.

Por outro lado, as relações de poder, entre pessoas e grupos sociais, expressam e nutrem arquétipos, paradigmas, visões de mundo ancestrais, que vêm sendo construídos, também por processos complexos e conflituais, ao longo da sucessão de múltiplas gerações e da interrelação entre múltiplos contextos eco-sócio-culturais. Daí a nossa busca por retomar as origens no sentido radical, ou seja, reconectarmos com as raízes ancestrais das culturas dos povos que nos constituem.

A dimensão pessoal e singular, na realidade, se constitui no coletivo e no ancestral. Sabendo disso, fiquei me perguntando quais seriam minhas origens familiares. Só sabia o pouco que meus pais me contavam quando pequeno. Então, resolvi fazer uma pesquisa e cheguei a várias versões. A mais significativa foi a que descobri no ritual de ayahuasca, ritual xamânico. Me perguntando quem era meu avô – de quem muito pouco se sabe ou se comenta na minha família – descobri raízes que jamais iria imaginar, ligadas a indígenas e a afrobrasileiros.

Assim, percebi a importância das experiências de espiritualidade no processo de conhecimento radical de si mesmo e da própria cultura. Na realidade, a dimensão espiritual reflete o que Gregory Bateson, um dos autores que deram origem ao pensamento da complexidade, chamou de “Mind”, que pode ser traduzido em português por “Mente” ou “Espírito” . “Espírito” significa as estruturas de conexão dinâmica entre todos os elementos e processos que constituem os seres vivos, os contextos sociais, os ecossistemas (seja nas dimensões do infinitamente pequeno, como as dimensões quânticas infra-atômicas, seja nas dimensões

imensas, como nas dimensões inter e supra galácticas, para além do tempo-espaco terrestre!)

Nesta perspectiva, passei a entender certas ações que via como passividade, como por exemplo, os Guarani, com o jeito deles de lidar com a situação social e política, parecendo não se envolver muito com as estruturas e lógicas do Estado Nacional. Pelo que me parece, a estratégia de atuação política deste povo indígena não é de combater quem domina, e sim de entrar na mente de quem os domina e transformá-los por dentro. Assim, o singular, liga-se intimamente ao contextual.

Os depoimentos das experiências na educação popular em saúde contidos no livro "Perplexidade na Universidade – vivências nos cursos de saúde", revelam formas potentes e originais de atuar dentro da Universidade e nas comunidades populares. Há muitas maneiras de como diferentes pessoas – profissionais, professores e estudantes da área da saúde – mudaram e ressignificaram suas práticas de formação e atuação profissional a partir de sua relação com o sofrimento vivido pelas pessoas em seu cotidiano, principalmente em contextos sociais marginalizados e empobrecidos.

Vale ressaltar que há uma atual "mercadorização" do sistema educacional, fenômeno que não só transforma as escolas em produtos, mas também os próprios profissionais formados são tidos como mercadoria a ser comercializada nesse mercado. Assim, as empresas vão pagar pelo trabalho profissional orientado para manter a exploração da maioria dos trabalhadores, assim como dos recursos da natureza, em função da acumulação de riqueza nas mãos de poucos proprietários de meios de produção.

Esse processo produz sofrimento nos estudantes e profissionais, ao condicionar seu processo de formação e atuação à reprodução desse sistema de dominação-exploração-depredação dos nossos mundos. Eu me lembro de uma propaganda que via na TV em 1961, que promovia os produtos da Swift, empresa multinacional de produção e comercialização de carne animal. No clip, perguntavam a um porquinho “o que você vai ser quando crescer?”. Ele respondia: “Salsicha, ué!”. Questionando o sentido desta metáfora, podemos refletir sobre o papel da escola, da universidade na construção das identidades de seus estudantes! Essa “salsichização” das pessoas desde a infância não é um processo novo. A criação de dispositivos de controle para a sujeição dos corpos e das mentes na produção de sujeitos produtivos, mas dóceis, existe há muito tempo, desde a construção da sociedade industrial capitalista.

Desde criança, fui fascinado pelas novas tecnologias. Mas hoje me sinto sistemicamente controlado pelo Google, pela Microsoft, pela Apple, por todos os sistemas digitais de informação e comunicação. Tais dispositivos são excelentes canais de comunicação, mas nos enredam absurdamente. Como já alertava Marshall McLuhan, cada um de nós acaba sendo um servomecanismo desse sistema comunicação. Também a metáfora do filme “Matrix” (1999) explora a ficção da “realidade virtual” como sistema de gerenciamento das relações mentais dos seres humanos, cujos corpos foram reduzidos a meras fontes de energia para alimentar o funcionamento da grande máquina que a tudo controla. Nessa percepção, há um sofrimento geral e, principalmente, nos jovens que não encontram apoio no seu

contexto sociocultural para articular sua criatividade com a construção de condições de vida em plenitude para todos.

Em suma, o imaginário de um processo estruturado e progressivo, que tentamos projetar sobre o sistema de relações vitais, não passa de uma falácia. Por serem vivas, as relações vitais são muito imprevisíveis, pois as conexões e descobertas ocorrem nas brechas, nos trânsitos, nos interstícios. Homi Bhabha já indicava que os entre-lugares – relações fronteiriças entre pessoas, grupos e contextos socioculturais – são espaços de criatividade, de vitalidade. Ou seja, não há como mantê-los sob rígido controle. No momento que tento imobilizar o vivido, perco justamente a fluidez, a reciprocidade e a dinamicidade do processo vital. Vida implica contínuo movimento autônomo, conectivo e evolutivo.

Assim a educação implica a valorização dos momentos, do novo, do inesperado, do não controlado, do transitório. São todas dimensões de sinais de vida e de potência, muito mais que o estabelecimento de uma ordem, de uma estabilidade, de uma paz fictícia. Na realidade, também temos que entender o sofrimento como sinal de vida, como produtor de conhecimento.

Três semanas antes da entrevista da qual resultou esse texto (em agosto de 2018), fui visitar minha mãe no interior de São Paulo. Então com 88 anos, ela morava sozinha e tinha Mal de Alzheimer. Foi um grande desafio interagir com minha mãe nesse momento de profundo sofrimento, porque mudei todo meu modo de me relacionar com a pessoa que me deu à luz. Entretanto, posso dizer que a semana que passei com ela foi, para mim, a mais significativa e a mais feliz. Pois consegui um contato muito mais profundo com

minha mãe. O mergulho no sofrimento, na doença, é uma possibilidade de fazer saltos de qualidade!

Nesse sentido, talvez, para conseguirmos mudar a situação dos jovens que estão vivendo em nosso contexto atual, devemos mudar, ou seja complexificar e radicalizar, com eles, nosso modo de enxergar a realidade.

É preciso mudar nossos paradigmas para entendermos o que as classes populares estão querendo dizer, já nos alertava Victor Valla! Pois não é possível entendê-las com os conceitos de que dispomos. Por exemplo, por focalizar a sociedade civil organizada através dos conceitos de Estado-Nação e sociedade de classes, estamos esperando grandes movimentos de vanguarda, quando, na verdade, estão acontecendo movimentos orgânicos e fractais de base, que se articulam a partir de conflitos ativados pelo patriarcalismo e pelo racismo inerentes às nossas heranças coloniais.

Em certo sentido, devemos olhar todo esse contexto e perceber que há outros dispositivos de organização, de comunicação, de enfrentamento eficazes. Talvez, o sofrimento que estamos vivendo hoje nos contextos nacional e internacional seja indicativo, ao mesmo tempo, da "morte" de estruturas insustentáveis e de "nascimento" de processos de vida. A própria morte se transmuta, em nossas experiências radicais, em um processo de passagem e geração de vida! O grande ensinamento é não só entender o sofrimento dos jovens, mas também entender outros significados que essa experiência de sofrimento nos traz.

Tecendo relações e aprendizados nos entrelugares

Homi Bhabha, autor anglo-indiano, analisa as relações interculturais que vivenciou: na relação entre mundos e culturas diferentes, a pessoa se identifica com uma cultura e, ao mesmo tempo, outra. Mas não reduz sua identidade a uma, nem a outra. Esse interstício entre o simultâneo ser e o não-ser é o “entre-lugar”, o terceiro espaço, gerador de criatividade. O “inédito-viável”, como diria Paulo Freire, surge num contexto de conflito, de contradição, de ambivalência, que é o espaço do meio e da interrelação.

Lendo a dissertação de Cynthia Farina, “Vida como obra de arte: arte como obra de vida” (1999), me chamou a atenção sua discussão sobre como criar um contexto educativo que favoreça a criatividade. A autora trazia várias referências, inclusive de Nietzsche, explicando que quando a pessoa se encontra numa situação trágica, em que o próprio campo de subjetividade é colocado em crise, há uma quebra da estrutura de sustentação da sua identidade e autonomia. Tal fenômeno gera a necessidade de reconstrução de contextos. “A vida é o começo da morte”, pois a cada momento que passa nos aproximamos da morte. “Mas a morte é a condição de nova vida”, pois a experiência trágica, de mortes, abre de modo inevitável e irreversível possibilidades (e necessidade) de se criar diferentes processos de reconstrução da subjetividade. Os processos criativos geralmente são mobilizados, em experiências trágicas, pela necessidade do sujeito de recompor o contexto que dá sentido à sua vida. Para ressignificar a vida, a pessoa precisa reconstruir contextos subjetivos mais consistentes e complexos, mediante a criação de estruturas de conexão capazes de rearticular sinérgica e evolutivamente todos os

componentes contraditórios de seu processo de vida . Ou seja, o inédito-viável, o entre-lugar e a criatividade coletiva – seja artística, cultural, econômica, política ou epistêmica – se dá nesses momentos de transição e de mudanças. É preciso, então, enfrentar e ver o sofrimento não como obstáculo, mas como indício de um processo de mudança contextual, que justamente potencializam o revigoramento ou a recriação dos propósitos que configuram significados à vida. Pois, como afirma Gregory Bateson, “não há palavra ou ação que tenha significado fora de um contexto”.

Portanto, entender e reconstruir o contexto é ato revolucionário, é o grande desafio que temos no campo da educação ou do cuidado em saúde. Pois, o que é saúde se não um contexto de harmonia, de cooperação, de interação, de reciprocidade, que torna possível cada um se desenvolver e ser feliz? Com isso, o contexto é conduzido, produzido e transformado pela própria relação entre as pessoas. Ao mesmo tempo que somos autores dos contextos, também somos produtos deles.

Por exemplo, nas últimas semanas, como disse anteriormente, no processo de cuidado de minha mãe, acabei estando em situações de conflito com a minha irmã, pelo modo de como tratar minha mãe. De fato, conseguimos criar um grupo de cuidadoras que formaram uma equipe empenhada, carinhosa e que tem uma forma de lidar com atitude de dádiva e não de uma relação estritamente profissional. Já minha irmã tende a trata-las como empregadas, pagando o mínimo possível, supervisionando, dirigindo insistentemente. Fiquei muito preocupado porque foi difícil, foi sofrido criar esse contexto de cuidado e, às vezes, uma intervenção de cunho autoritário pode desestruturar as relações e criar outras situações de sofrimentos para todos.

Minha última tendência era bater de frente, mas percebi que isso só incentivaria essa atitude de intervenção. Então, resolvi, junto com as pessoas que estão cuidando da minha mãe, não bater de frente, reforçar a relação de cuidado. Cuidar do cuidado das cuidadoras e criar um clima que induza a todos os envolvidos a entrar nessa mesma vibração.

A estratégia de trabalhar o contexto, a relação complexa entre as pessoas, para além da atitude de simples oposição aos ataques sofridos, é muito mais poderosa que o mero combate frontal. Isso se fundamenta em um princípio epistemológico. Seguindo de modo linear a lógica formal, em que se baseia grande parte da produção ocidental de conhecimento, tendemos a raciocinar simplesmente por oposições. Neste modo de entender a lógica formal, a afirmação da identidade se constitui mediante a projeção do oposto ("não-eu"): ao se refutar o oposto ("negação do não-eu") reafirma-se a própria identidade (do si consigo mesmo).

Entretanto, as culturas ancestrais desenvolvem a lógica da reciprocidade, da integralidade, da complementariedade, da reciprocidade, as quais são lógicas de relação tão ou mais poderosas do que a lógica da oposição. Michel Serres fala que em cada prefixo existe uma epistemologia. O termo "o-posição", por exemplo, indica a relação de contrariedade. Mudando-se o prefixo do termo "posição", indicaremos outras lógicas ou estruturas relacionais, tais como, as relações por com-posição, por re-posição, por trans-posição, por justa-posição, por inter-posição, por "su-posição", "super-posição", ... Fica evidente que alimentar as diferentes lógicas de conexão é o que nos permite constituir contextos coesos, fortes, vivos e mais criativos entre parceiros. Justamente porque contextos complexos e

flexíveis possibilitam sustentar a coesão e a confiança entre parceiros que, dispendo-se a explorar os limites e limiães de tensões entre suas diferenças, potencializam a criatividade coletiva!

O filósofo Gilles Deleuze entende as "teorias" como "caixa de ferramentas", a qual usamos de acordo com nossas buscas e com o trabalho que desejamos fazer. Na realidade, no estudo dos autores, vamos nos apropriando desses conceitos, para, a partir daí, ir elaborando uma compreensão dos desafios enfrentados. Me refiro a uma elaboração conjunta de estratégias.

Meu contato com a teoria de Michel Foucault foi uma demanda dos próprios estudantes. Em 1989, quando fui trabalhar como professor no Mestrado em Educação da UFSC, um grupo de estudantes me propôs de coordenar um estudo sobre a obra de Foucault. Como eu mesmo tinha lido pouco sobre a obra deste autor, iniciamos um grupo de estudos sobre as obras dele. Entendo a obra de Foucault como uma potente ferramenta para entender como funcionam as estruturas de poder disciplinar na sociedade. Mais tarde, em uma experiência de estágio na Itália, junto ao Movimento de Cooperação Educativa, pude observar como organizavam os processos educativos em forma de oficina. Busquei as referências com as quais eles trabalhavam. Era Gregory Bateson, de cuja "teoria da complexidade" deduziam os princípios de organização dos contextos educacionais. Neste autor encontrei conceitos que facilitam entender, para além do funcionamento do poder disciplinar, como promover sua superação, mediante a criação de processos educacionais interativos, autônomos e evolutivos, ou seja, vivos e criativos.

Minha maior fonte de estímulo e de aprendizagem tem sido, muitas vezes, a interação com os próprios estudantes. Nesse sentido, minha tarefa, como educador, é a de criar contextos de diálogo para que as pessoas possam refletir sobre suas práticas, suas experiências, seus projetos. Nesse entretencimento, buscamos estudar seus projetos de pesquisa. Portanto, é a partir das demandas e propostas dos grupos de estudantes com os quais vou interagindo é que vou descobrindo outras reflexões e outras formas de compreender os sentidos de nossas ações.

A minha última experiência na UNIRIO foi muito marcante. Em 2018, comecei a atuar como professor visitante, trabalhando com estudantes de mestrado e doutorado. Formamos um grupo que está em processo de andamento bastante vivo. Por exemplo, uma das mestrandas trouxe uma oficina, que trabalha com a literatura para crianças, e nos colocou em contato 42 autoras negras importantes na academia em várias áreas. Entretanto, tais autoras nunca são mencionadas, citadas e valorizadas. Assim, despertou-nos o interesse por conhecer as autoras e autores que têm uma contribuição teórica importante nesse campo para o combate ao racismo e ao machismo.

Outro aprendizado importante foi o reconhecimento de que citamos muitos autores europeus, em que pese termos muitos autores e referências importantes nos movimentos sociais. Encontramos uma grande dificuldade de entrar em contato, de aprender com eles. Creio que esse seja outro desafio educacional: encontrar, ler, aprender, valorizar e incorporar essas outras ferramentas teóricas de origem não-colonial. Busca que, por sua vez, pode nos dar instrumentos, teóricos, metodológicos e epistêmicos, para ver o mundo de outra maneira e entender nossas lutas de

maneira mais radical. Textos produzidos por este grupo de mestrandos e doutorandos da UNIRIO foram publicados no livro "Colonialidade e Resistências" (APPRIS, 2019).

Nesse contexto, podemos entender as produções teóricas não só como produções escritas segundo normas acadêmicas. Podemos ampliar nossa compreensão de "ciência" para as manifestações culturais e populares, todo o universo das músicas, das danças, das artes e práticas religiosas populares, particularmente as produzidas por povos com raízes culturais ancestrais. Há um universo cultural extremamente rico que, na academia, é completamente desconhecido e desqualificado, ao se privilegiar apenas algumas teorias pertinentes à cultura colonial. Por exemplo, na Paraíba, um senhor que produz literatura de Cordel tem uma biblioteca de trabalhos que são análises interessantíssimas de fenômenos históricos e contemporâneos. Ele deveria ser professor "honoris causa" decolonial na universidade!

Nesse cenário, poderemos visibilizar potentes contextos vitais se invertermos a forma de olhar. Ao olharmos de baixo para cima e de fora para dentro das instituições burocráticas e disciplinares, iremos perceber que a luta decolonial não é simplesmente local e momentânea. Trata-se de um conjunto de lutas com raízes históricas profundas e se configura em múltiplas dimensões. O que estamos vivendo hoje, em 2013-2018, o Golpe que depôs a Presidenta Dilma Rousseff por um estratégico processo de "guerra híbrida" parece que nos pegou de surpresa. Mas estamos vivenciando "a cereja do bolo" do golpe militar de 1964. Fica evidente que foram fases de um complexo constructo histórico precedente, indiciariamente vivido pela interconexão de múltiplos processos sociais de diferentes povos e contextos históricos. Assim, somos convidados a superar a visão fragmentária

de acontecimentos históricos como, por exemplo, o Golpe de Estado no Brasil de 1954, a Guerra Mundial de 1939-45, a Guerra Mundial de 1914-18, as Invasões Coloniais do continente de Abya Yala, iniciadas em 1492, das “invasões bárbaras” no Império Romano no início do primeiro milênio ...

Como se pode ver, em todos os contextos históricos, houve lutas entre processos de dominação, do sujeição e, por outro lado, de resistência e de criatividade. É necessário ressaltar isso, por exemplo, no Movimento de Extensão Popular. Na minha tese de doutorado analisei experiências de extensão universitária popular da UNIMEP em 1987-1990. A partir do estudo daquele contexto particular, comecei a entender que o movimento de extensão popular tinha uma rica vitalidade que se institui em diferentes contextos.

No contexto político atual, tal prática se configura com diferentes processos de resistência frente, por exemplo, à legalização do uso indiscriminado de inúmeros venenos e agrotóxicos, capazes de aniquilar tudo o que é vida.

Nesse sentido, é muito instigante a metáfora que Luiza Cortesão e o Steffen Stoer tomaram como um título de um de seus livros, “Levantando a pedra”. Observando os relatos burocráticos das atividades das escolas, parece que está todo mundo disciplinado. Mas ao observar o cotidiano das relações interpessoais e comunitárias, a visão pode ser muito diferente. É como se a gente levantasse as grandes pedras, em um terreno aparentemente árido, e encontrássemos um formigueiro pronto para a luta. Assim, cabe observarmos essas organizações desde outros pontos de vista e de diferentes dimensões da vida.

Tem uma música de Toré dos índios do nordeste que diz: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não assanha o Formigueiro”, ou seja, ao levantar a pedra

temos que estar preparados para o movimento que irá acontecer.

Encontros e perspectivas de construção entre educação e saúde

Fico bastante feliz em partilhar com vocês que compõe o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da ABRASCO e fico com a vontade de compartilhar com vocês mais organicamente desse grupo, dessa rede.

Nas pessoas e nas práticas daqui, tenho encontrado um comprometimento orgânico com as classes e os movimentos populares. Isso é um pouco do que encontrei em muitos momentos e pessoas no GT de Educação popular da ANPEd. Essa característica é um grande fator de potencialidade, de criatividade no campo da produção científica e da ação.

Vejo uma relação orgânica entre o campo da Saúde e da Educação. Embora, na sociedade disciplinar, tem-se tentado setorizar e hierarquizar as áreas de conhecimento. A saúde está diretamente ligada à prática e às relações sociais. Podemos dizer que a saúde, não só no sentido de saúde física, mas de saúde contextual, está em relação orgânica com a educação. Relação educação-saúde, que o Victor Valla fazia frequentemente. Nesse sentido, essa organicidade se constitui e se revela mediante o compromisso e o envolvimento com as lutas e as práticas populares.

A relação entre pessoas, entre grupos e entre contextos diferentes são mediatizados pelas lutas populares. Estas são o campo de articulação, de consolidação e

de potencialização de nossas ações nos seus diferentes desdobramentos.

Ao longo do tecer dessas memórias e dessas reflexões, fiquei com um desejo enorme de continuar trocando, talvez produzir cientificamente sobre tudo isso. Devemos aproveitar essas articulações gigantescas como na ABRASCO.

No Campo da Saúde, mesmo em termos políticos do Estado, me parece que há muito reconhecimento para pesquisas. Além do mais, o contato direto com o sofrimento humano coloca a necessidade de profissionais da saúde se tornarem muito mais criativos e flexíveis. A emergência e a urgência do sofrimento exigem respostas eficazes. Comparativamente, sinto o campo da educação escolar, tanto quanto o sistema hospitalar de saúde, muito institucionalizado, hierarquizado, burocratizado, disciplinado. Entretanto, tenho a impressão de que as produções em educação na saúde avançaram relativamente mais do que na própria educação, considerando essa característica ímpar da saúde de ser construída fundamentalmente em uma relação mediatizada pelo imprevisível, pelo sofrimento, pela crise, o que gera e impulsiona as constituições de relações com sentido, significado e potência de vínculo e de construção colaborativa e compartilhada.

Por mais que participemos de encontro na área da educação e da saúde, sempre existe uma inquietude em relação a autores e a participações nesse espaço de interlocução dos dois campos teóricos. Dessa forma, podemos até repensar o próprio conceito de autor, sendo não só aquele que escreve livro, mas aquele que discute, que se posiciona, que se coloca, que está em movimento.

Como falou o Boaventura de Souza Santos: as Universidades não são esses blocos inteiros, sólidos e rígidos,

pois são feitas de pessoas, as quais permeiam-se nas relações. Como há pontes e assuntos que transitam entre os campos da educação e da saúde, é bastante importante promover mais encontros e diálogos entre os grupos da saúde que se permitem permear com os grupos da educação que também estão dispostos a unir forças na perspectiva das lutas populares.

O elo de ligação, a estrutura que nos liga, é mais que os campos de ação acadêmicos: são as práticas e os projetos populares. Com esse entendimento, fortalecemos a dimensão transdisciplinar e transversal que nos une. Ubiratan D'ambrosio tem um artigo, que publicamos na Revista *Em Aberto*, em 1991, sobre a transdisciplinaridade. Sendo uma dimensão realmente transformadora e inovadora da ciência, a transdisciplinaridade se constitui transversalmente pelo comprometimento com os movimentos populares.

Talvez seja isso que, de fato, nos liga. O que nos conecta? É esse movimento complexo de articulação entre projetos e processos de vida, que atravessam toda a existência e a re-existência da maioria da população, particularmente dos movimentos populares de raízes ancestrais!

SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADORES

Pedro José Santos Carneiro Cruz

Nutricionista. Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Integrante do GT de Educação Popular e Saúde da ABRASCO.

Sonia Acioli

Enfermeira. Professora Associada da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do GT de Educação Popular e Saúde da ABRASCO.

Maria Rocineide Ferreira da Silva

Enfermeira. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do GT de Educação Popular e Saúde da ABRASCO.

Vanderleia Laodete Pulga

Filósofa. Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campo Passo Fundo. Integrante do GT de Educação Popular e Saúde da ABRASCO.

Edgar Da Silva Fontes

Estudante do Curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Programa de Pesquisa e Extensão "Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica" (PINAB) e do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR).

